



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI SUP. B AO Nº 18, TERÇA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2026

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – CPI DO CRIME ORGANIZADO

Ata da 8ª Reunião, realizada em 17 de Dezembro de 2025	4
Ata da 9ª Reunião, realizada em 24 de Fevereiro de 2026	33





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e trinta minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Hamilton Mourão, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Otto Alencar e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Jorge Seif, Dr. Hiran e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Magno Malta e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva de Jorginho Mello, Governador de Santa Catarina, e de Flávio Rogério Pereira Graff, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina.** **Finalidade:** Depoimento de Jorginho Mello, Governador de Santa Catarina, e de Flávio Rogério Pereira Graff, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, em atendimento ao requerimento 1/2025. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/12/17>



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina à oitiva do Governador e Senador de Santa Catarina, meu querido Senador Jorginho Mello, e do Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, Sr. Flávio Rogério Pereira Graff.

Ressalto que o convite foi feito a fim de se obter a colaboração dos depoentes, a partir da experiência dos cargos que atualmente ocupam, nos termos da aprovação do Requerimento 1, de autoria do nosso Relator, Senador Alessandro Vieira.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 7ª Reunião, realizada em 16/12/2025.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu queria aqui fazer um registro e um depoimento simples, porque eu costumo falar que reforço positivo para mim é sempre bom fazer. Às vezes a gente na política recebe tanta crítica – crítica, crítica, crítica –, julgamentos, apontamentos, sofre hostilização, seja de um lado de espectro de um partido político ou outro. Eu não estou entrando nesse mérito, mas eu quero aqui fazer um depoimento da minha admiração enquanto ser humano, enquanto brasileiro, enquanto Senador e da minha alegria de ter partilhado muitos momentos aqui neste Senado Federal com o Senador Jorginho Mello, uma pessoa que eu respeito, eu admiro, eu considero, porque tem coisas na política que transcendem aqui o espaço institucional. Eu acho que é isso que falta, mais efetivamente, nas pessoas, exercer a empatia, se colocar na dor do outro e ter um olhar mais humanizador, sabendo que divergências políticas tem em qualquer lugar, mas a boa prática da política é você convergir com os diferentes e construir pontes, e não separar, e não erguer muros. E é isso que eu tento fazer, humildemente, aqui nesta Casa, no Senado Federal, às vezes não agradando – é óbvio, como é peculiar –, às vezes desagradando ou sendo prejudgado, às vezes levando até para ataques pessoais, como já sofri inúmeras vezes, eu, meus filhos, mas



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu tenho a plena convicção de que o meu relacionamento aqui com o Senador Jorginho Mello, hoje Governador do Estado de Santa Catarina, sempre foi da melhor forma possível.

E, mais uma vez, muito obrigado por estar vindo a esta Casa – esta Casa é de V. Exa. – e muito obrigado por ter atendido esse convite. E V. Exa., assim como o seu Secretário e o apoio que for necessário terão aqui um tempo que eu já disponibilizo para fazerem a sua exposição de 20 minutos, para ambos, e aí vocês podem fazer. Mas eu não poderia deixar de fazer esse registro do meu agradecimento à participação de V. Exa.

Com a palavra, o Governador, ou o Secretário, ou quem...

O SR. JORGINHO MELLO (Para expor.) – Muito bem. Muito bom dia!

Quero cumprimentar os Senadores, o Senador Fabiano, o Senador Alessandro, o Senador Mourão; dizer da minha satisfação de estar aqui no Senado da República. Primeiro, quero agradecer as suas palavras, dizer que sempre tive por V. Exa. respeito, admiração pela qualificação do trabalho, pelas pautas e a forma de atuação. Então, o Senado da República me deu bons amigos e levo daqui impressões de grandes estadistas que ajudam o Brasil na moderação, na revisão, e o Senado tem se prestado muito a esse papel, porque tem figuras como vocês, e V. Exa., de forma especial.

A gente teve aprovações de matérias importantes, mas sempre com um respeito mútuo, indo até onde era possível, ajudando a construir, e sempre o resultado dá o melhor que a gente pode oferecer à sociedade. Então, eu me sinto muito feliz. Passei quatro anos importantes da minha vida aprendendo muito com V. Exas. e contribuindo para que a gente possa, com mais preparo, ajudar e preparar a sociedade de Santa Catarina. Muito obrigado pela sua citação e quero devolver da mesma forma, a alegria, a forma prestigiosa com que eu estou aqui para prestar informações sobre o nosso querido Estado de Santa Catarina.

E reitero o convite a V. Exas., nosso estado está lá à disposição: vão para lá, não só pelo verão, mas também porque a gente recebe de braços abertos, porque os senhores são expoentes da política brasileira e nós precisamos valorizar isso.

Eu quero, sobre segurança pública, eu quero apresentar aqui o Delegado-Geral da Polícia Civil, o Comandante da nossa briosa Polícia Militar, o Secretário Adjunto de Segurança. A Vânia



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

é a Secretária de Articulação Nacional aqui em Brasília. Essa jovem senhora é a Secretária de Justiça e Reintegração Social e o Coronel Graff é o Secretário de Segurança Pública. Então, eles estão todos me acompanhando para que, se alguma coisa eu não souber informar... Eles estão aqui para nos ajudar, porque a gente quer contribuir da melhor forma, da forma possível, que os senhores entendam.

Eu sei do acúmulo de trabalho, eu sei que os senhores têm que cabecear e fazer gol, eu sei como é que funciona aqui no Senado: a gente tem que correr de um lado para o outro, o preparo físico fica bom.

Então, eu quero iniciar dizendo que o nosso Estado de Santa Catarina é um estado que tem 1% do território nacional, mas é um estado que tem... que se diferencia de todos os outros estados pela forma de empreendedorismo que nós temos lá. Lá alemães, italianos, caboclos, pretos, negros... a nossa convivência formou uma etnia imbatível. A gente tem muito orgulho da mistura de raças que a gente tem lá – muito orgulho. Tenho muito orgulho em ser um estado que mais recebeu migrantes do Brasil. Nós recebemos lá 500 mil pessoas nesses últimos tempos, que a gente acolhe, pessoas que foram em busca de felicidade, em busca de emprego, em busca de uma vida melhor. Então, a gente recebe de braços abertos, procura dar carinho, procura dar assistência, procura dar tudo aquilo que é possível: segurança, educação, saúde, enfim. Então, a gente tem muito orgulho do estado em que a gente reside, pequeno, como já disse, mas um estado que tem... que é um gigante naquilo que representa para a economia do Brasil.

A nossa segurança pública: as forças policiais de Santa Catarina trabalham religiosamente juntas. Lá não tem: "Ah, porque a polícia civil vai para um canto; a polícia militar, para outro; a polícia científica, para outro". A nossa polícia científica, só para os senhores terem uma ideia, ela tem autonomia, ela não está embaixo de ninguém, até porque eu considero que a polícia científica – a nossa PCI – ela dá à Justiça, ela dá às outras áreas uma condição ímpar de uma sentença, de realmente apontar o criminoso. Perícias bem-feitas, independentes, com equipamentos... Nós temos equipamentos de última geração para quebrar senha de telefone, aqueles telefones em que: "Ah, porque não é possível, porque não dá, porque..."; tudo lá para nós dá, porque a gente está preparadíssimo. E a polícia científica atua... Muita gente, quando confunde o antigo IGP, que alguns estados ainda preservam, que cuida só de mortos... Não, a



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa cuida de vida; 99% é vida: carteira de identidade nacional, laudos, perícias, para desvendar crimes. Lá a gente resolve os crimes ao dobro do que o Brasil resolve: nós resolvemos 85% de todos os casos; o Brasil resolve 40%. Então, é porque a polícia científica também, junto com as outras forças, consegue fazer esse trabalho profissional.

À polícia militar, à polícia civil, eu sempre digo a elas: todo mundo está querendo fazer a mesma coisa. Então, vamos trocar experiência, ideia e força para fazer melhor.

Então, hoje nós temos um número de pessoas encarceradas de 30 mil – de 30 mil e 300. Nós temos... Estamos construindo agora, aumentando o número de presídios. Temos 35% de todos os apenados que trabalham. A gente faz diversas atividades dentro do presídio.

Eu chego ao extremo: nós fazemos vestido de noiva lá no presídio de Chapecó, mas vestido de alta qualidade. Tem um dos apenados que vai sair agora, que ele desenha roupas de mulheres. E foi feito um vestido que foi vendido por R\$40 mil, todo de pérola, e ele está sendo contratado por uma grande empresa para fazer os figurinos. Então, está terminando a pena dele.

Então, a gente faz colchões, a gente faz sofá, a gente faz camisa, a gente faz diversos assuntos de telefonia. A Intelbras, para falar o nome da empresa – até porque eles permitem –, a gente faz, para eles, em São Pedro de Alcântara, os nossos presidiários. Eles nos deram uma informação de que, dos produtos feitos, montados dentro dos nossos presídios, o cliente não reclama, porque está bem encaixado, está bem-feito. Os que eles fazem na empresa, de vez em quando, no transporte, na venda, um cabo não está bem conectado, e geram uma reclamação, devolvem, tem que dar outro e tal; os nossos não, são perfeitos. Isso, para nós, a gente credencia aos presos a qualificação deles, o zelo.

Então, eles ganham um salário mínimo, cada três dias trabalhados é um dia remido; 50% vão para a família, do dinheiro, os outros 50% ficam para o custeio... Os outros 25% ficam para custeio, e 25% vão para uma poupança, um fundo, que eles, quando saem nominalmente, levam aquele dinheiro.

Então, tem sido um sucesso absoluto. Nós estamos fazendo agora 9 mil vagas para ter mais conforto, para receber. Nós temos uma penitenciária na capital que já está muito antiga,



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tinha uns contêineres. Eu fui lá, a gente desmanchou tudo, porque a gente quer fazer uma cidade da cultura ali. Nós vamos transferir esses presos para outras penitenciárias com construção e possibilidade de trabalho.

Nós temos uma única prisão máxima, de segurança máxima, que é São Cristóvão do Sul, no Planalto Serrano, onde tem atividade laboral também muito grande. Nós temos 42 presos em segurança máxima; temos capacidade para 200 presos nesse local.

Então, a nossa polícia militar é uma das polícias mais bem avaliadas do Brasil pela qualificação – todos eles têm curso superior –, a gente vai ao encontro dos anseios deles. Esse último ano foi uma das categorias que mais teve aumento salarial, foram as nossas polícias.

A gente faz com que elas tenham conforto para trabalhar, cuida do fardamento. Na data do aniversário, a gente está dando, agora, um fardamento para o policial, para que ele não precise comprar; a gente faz com que... A gente aumentou o vale-alimentação, ele come onde ele quiser: a gente dá o dinheiro, em vez de pagar o restaurante, a gente dá o dinheiro na conta dele. Fardamento de verão agora a gente distribuiu, mais fino, mais confortável, para que ele possa atuar de forma tranquila. Enfim, viaturas...

A inteligência da polícia é muito forte. Câmeras de leitura facial a gente está instalando em todo o Estado de Santa Catarina.

Por exemplo, só para os senhores terem uma ideia, a Oktoberfest é uma das maiores festas do sul do Brasil. Passaram por lá 700 mil pessoas. Foi furtada meia dúzia de celular. Em duas horas, os celulares estavam na mão dos seus verdadeiros donos.

Antes de começar a festa, a gente convidou alguns, que estavam de mãozinhas dadas com a namorada ou com a esposa, e disse: "O senhor tem um probleminha com a Justiça. O senhor não vai para a festa. O senhor vai ter que deixar a festa para outra hora". Enfim...

Então, a gente tem muito... A qualificação da nossa polícia é muito boa, muito boa, muito boa, e a integração. Então, eles estão sempre trocando informação.

O Coronel Graff é o Secretário de Segurança Pública, e tem os comandos das polícias, todas elas, da polícia científica... Só não está aqui a polícia, a nossa Andreza, porque vai ser



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mamãe. Então, a gente a está poupando um pouquinho, mas está aqui a nossa Dani, que é de carreira... Todos eles são de carreira. Não tem nenhum que não seja de carreira. Todos eles. Todos eles.

Então, eu tenho muito orgulho em ter um colegiado, um time de gente comprometida, de gente que sabe o que está fazendo...

Pela inteligência da polícia, nós conseguimos, hoje, colaborar com estados amigos, e todos os 27. A nossa polícia tem condições de informar. A inteligência da polícia informa: "Ó, Secretário...". Um secretário liga para o outro: "... dia tal está sendo preparado...". Porque eles pegam em conversas: "... vai ter um episódio aí". Vai ter um "ataque a uma escola", vai ter "um sequestro...". Antes de acontecer.

Então, por isso que a gente tem muito prazer em poder falar que o nosso estado é o estado mais seguro do Brasil e, por isso tudo, a gente gasta 12% do orçamento...

Eu quero um cafezinho, com duas gotinhas, se puder.

A gente gasta 12% do orçamento do estado com a nossa segurança, e isso tem dado um resultado.

A gente tem feito, então, a prevenção, que é... A gente previne o crime com a inteligência da polícia, com a... A polícia entra em qualquer rua, qualquer beco...

Não tem essa história de não entra aqui, não entra ali. Em algumas comunidades não tão privilegiadas financeiramente, mas... Na grande Florianópolis, em algumas cidades maiores, mas, senão...

Santa Catarina é composta de pequenas cidades, cidades que têm uma atividade econômica muito centrada na agricultura.

Os grandes centros... Em Joinville é metalmecânico, e por aí afora. Então é um estado cuja economia é muito diversificada, e a nossa polícia tem conseguido atuar. A gente atua na prevenção, no combate e no controle.

A prevenção é dando escola integral para que, no contraturno, para que o menino e a menina não fiquem à disposição do tráfico, eles tenham ocupação na escola. Nós somos o



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado que tem o menor número de analfabetos do Brasil: 1% da população. Então a prevenção é dando ao jovem formação, escola, contraturno, ensino técnico na fase da vida em que estão fervendo as emoções dele, qualificação profissional para ele arrumar emprego. E depois nós temos o único estado do Brasil que tem o Universidade Gratuita, que é um programa transformador que eu implantei no nosso Governo agora. A gente paga a universidade a quem não consegue passar na federal ou na estadual, a gente paga a universidade e é por carência – não é por cor, não é por nada, é por carência. A gente paga a universidade 100% e, depois de formado, ele trabalha quatro horas por semana durante dois anos para devolver parte do que o estado investiu na vida dele: se ele for médico, vai para dentro do hospital público fazer política pública; se for engenheiro, vai para a estrada; se for professor, vai para a sala de aula. Enfim, então é um programa transformador; hoje nós temos 57 mil alunos cursando e 4 mil já prestando, dando a contrapartida, então é uma transformação.

Então a gente pega lá do ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico – tem muita empresa, a gente faz cursos vocacionados conforme a região – e depois tem a cereja do bolo, que é o Universidade Gratuita, um programa a que eu tenho muito apreço, porque eu fiz duas universidades dando muito cheque pré-datado e eu sei o que é isso. Muitas vezes você não faz a faculdade, o curso superior que o pai, que a mãe, que o tio, que o vô queria por falta de condições financeiras. Então aí é o braço do estado; o estado ajuda para que você devolva parte disso em trabalho com o suor do seu rosto. Isso tem dado uma transformação ainda melhor para Santa Catarina.

No combate, a gente tem índices muito importantes. No combate à criminalidade, no controle das comunidades – controle –, a gente atua firmemente. A gente tem lá – claro que tem – preso do PCC, tem do PGC, tem do Comando Vermelho, tem do Bala na Cara, que veio lá do Rio Grande do Sul, tem do Os Manos também, que veio do Rio Grande do Sul, e temos da Central do Sul. Só do PCC nós temos 1,9 mil presos lá; do PGC tem 6 mil; do Comando Vermelho, 76, os que declararam que têm... Então, como já disse, nós gastamos 14% da receita líquida, 12% do orçamento, não falta recurso para viatura, equipamentos, armas modernas, e o número de apreensão de armas tem sido muito... a polícia tem sido muito implacável – armas do tráfico, armas ilegais, armas do crime.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre digo que armas que confrontam os policiais não são armas legais; são armas do crime que a gente tem apreendido.

Então, eu fico à disposição dos senhores para prestar alguma informação. A gente tem, como já disse, prevenção, combate e controle. A gente tem domínio de todas essas áreas, se preparando, com quadro qualificado, com trabalho laboral para recuperar de verdade o apenado, tratando... Claro, está preso, está preso, mas com condições onde ele vai trabalhar, onde ele vai dormir, onde ele vai comer. Enfim, a gente sempre zela muito por isso.

Então, é por isso que o nosso estado é muito procurado em épocas de verão agora, e o pessoal gosta de ir para lá porque sabe que a nossa polícia... A nossa polícia tem agora a Estação Verão; a gente coloca os policiais nas praias que falam cinco idiomas. E eles têm na própria farda, assim, a bandeirinha do país que eles falam. Então, a pessoa olha para o policial e já vê que... É americano? É argentino? Ele já sabe que pode ir conversar que ele sabe falar a língua dele para poder dar informação, prestar informação.

Então, eu fico à disposição, fico muito honrado em ter sido convidado. Acho que a segurança pública no Brasil.... A gente precisa, a gente precisa...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGINHO MELLO – Os senhores vão prestar um grande papel para o Brasil na produção de um relatório conciso, focado.

Se fala muito em construção de PEC, mais uma PEC, mais isso, mais aquilo... Eu acho que a gente tem excesso de PEC, excesso de leis. O Governo Federal precisa verdadeiramente apoiar os estados com recursos e fazer o que é da obrigação do Governo Federal, não criar mais dificuldades.

Eu me manifestei sobre essa PEC porque o Governo Federal precisa cuidar das fronteiras, e cuida muito mal, com todo o respeito, dos aeroportos, dos portos. Tem que cuidar! Arma não vem do céu, droga não vem do céu; vem por água, vem por aeroportos, vem por fronteiras. Então, essas ações precisam ser feitas, dando condições, que cada polícia tenha a sua característica. Então, apoia; pode supervisionar resultados, sem problema nenhum. Agora, eu sempre fui contrário à centralização de muita coisa, porque você engessa. Quanto mais você



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

libera, mais funciona. Assim a gente faz lá nas nossas secretarias; o secretário tem autonomia para trabalhar, a gente gerencia, mas ele tem que gerenciar.

Então, Srs. Senadores, eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui e me colocar à disposição para qualquer informação que a gente possa prestar para contribuir com esse trabalho, que eu... Repito, os senhores vão ter a oportunidade de poder escrever para o Brasil como é que se cuida de segurança, como é que controla, como é que protege, como é que melhora, como é que previne. Que todos nós...

O tema político do ano que vem... Eu não tenho dúvida, um dos temas principais vai ser segurança pública. As pessoas estão assustadas, do mais abastado ao mais simples, ao mais modesto. Não dormem, pensam no seu filho indo para escola, como é que vai, como é que não vai, enfim.

Então, os senhores vão contribuir com um relatório, eu não tenho dúvida, que vai esclarecer muita coisa e vai ajudar o Governo Federal e os Governos estaduais a fazerem com mais eficácia a prevenção e melhorar a segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Governador Jorginho Mello. Quero aqui parabenizar V. Exa. pela forma serena, tranquila, pela lucidez e pela exposição, porque eu costumo falar que contra fatos não há argumentos. Quando você expõe efetivamente o trabalho que presta, o principal destinatário é a população.

Quero fazer aqui também um registro da minha admiração e respeito por todas as forças de segurança pública, a polícia militar, com trabalho de prevenção, a polícia civil, com trabalho de polícia judiciária, a Polícia Rodoviária Federal, corpo de bombeiros, enfim, a polícia técnica científica. Eu tenho orgulho de falar que eu fui Delegado por 27 anos, assim como o Relator foi Delegado.

E muito me orgulho de estar aqui hoje como Presidente desta Comissão, mas eu não me deixo contaminar, com todo respeito – quem me conhece sabe disso –, por qualquer aspecto partidário-ideológico. Eu tenho projetos aqui... Eu sou autor de um projeto que aumenta o período de internação para adolescentes em conflito com a lei, porque eu trabalhei com isso diretamente. Não é razoável que um adolescente fique três anos, no máximo, internado; ele



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode praticar qualquer ato infracional. Eu fui radicalmente contra à saidinha, não tem como, você tem inúmeros benefícios dentro da Lei de Execução Penal, dentro do Código Penal. Então antes de ser Senador, independentemente do partido, eu tenho uma responsabilidade, uma honestidade intelectual como função e da onde eu venho, com muito orgulho, porque infelizmente no Brasil, lamentavelmente as pessoas criminalizam a polícia, como se a polícia fosse vilã na história.

Eu sempre falo... Numa ocasião, Governador, eu dei uma entrevista, não sei se foi para o *Estadão* ou *Folha de S.Paulo*, eu falei assim: "Olha, o policial tem que ser visto como garantidor de direitos, ele não é violador de direitos". Quem tem desvio de função que seja responsabilizado, daí a importância das corregedorias serem contundentes, firmes, fortes e atuantes, expulse quem tem que ser expulso, prenda quem tem que ser preso, doa a quem doer, porque a lei tem que ser igual para todo mundo.

Então eu quero aqui fazer esse registro. Muito me orgulha ter sido Relator da Lei Geral da Polícia Civil, da Lei Geral da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, porque eram instituições que estavam ligadas, com todo respeito, ao AI-5. Talvez não tenha sido a melhor lei, mas o ótimo é inimigo do bom.

Então parabéns pela sensibilidade, porque falar em segurança pública é falar em dignidade e dignidade passa por dignidade salarial, por condições de trabalho, por uma saúde mental adequada, para que ele possa dar uma prestação de serviço àquelas pessoas que, infelizmente, desviam à prática criminosa, que é isso que a gente tem que encaminhar. Então parabéns pela disposição do senhor, mais uma vez para mim é uma alegria recebê-lo.

Transfiro a palavra ao Relator, para que ele faça as suas considerações.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Governador Jorginho Mello, nosso amigo, reitero o pedido de desculpas pelo atraso do início dos trabalhos. A gente aqui é sempre muito rigoroso, o Presidente é muito rigoroso, mas a gente abusou da amizade do convidado...

O SR. JORGINHO MELLO – A gente compreende.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... e acabamos atrasando um pouco por conta da CCJ. Peço desculpas.

Estou feliz também por ver que o senhor não perdeu o jeito, o senhor continua um excelente orador, o senhor respondeu antecipadamente à imensa maioria das perguntas. E, não foi por acaso, que a gente pediu para Santa Catarina ser o primeiro estado a ser trazido aqui, é porque vocês efetivamente, com grande consistência, têm excelentes resultados na segurança pública. Eu tenho 24 anos de segurança pública – o Fabiano, 27 –, e naturalmente acompanhei, estudei e dirigi a polícia civil do meu estado.

A gente conhece a forma de atuação de Santa Catarina e o senhor antecipou uma série de coisas: investimento pesado, investimento em tecnologia, valorização do homem, o cuidado com o preso, não só no tocante a isolamento desse preso, mas à ressocialização desse preso, porque senão você fica numa roda permanente que o estado não suporta. Então, restam poucos questionamentos para se colocar e são questionamentos muito mais técnicos, porque ficou claro que, em Santa Catarina, você tem a vontade política de fazer e o estado providenciou as condições para fazer. E as polícias com condições adequadas – o Fabiano foi muito bem na sua fala –, as polícias com condições adequadas atendem o resultado. O policial não sai de casa para matar o bandido, para matar ninguém, o policial sai de casa para evitar o crime. As circunstâncias às vezes obrigam confrontos, pode acontecer em qualquer estado, no meu Sergipe ou em Santa Catarina. E se o confronto acontecer, é evidente que a nossa vontade é que permaneça vivo e incólume o policial, e não o bandido que resolveu confrontar, mas isso nunca é o objetivo, então, parabéns para vocês.

No tocante a essa parte da custódia, Jorginho e sua equipe, como se dá a separação dos faccionados – acho que a Secretaria talvez tenha essa informação com mais clareza –, porque vocês recebem, de fato, não só as facções nacionais, mas também regionais, que são muito violentas ali, especialmente vindas do Rio Grande do Sul. Como é que vocês fazem essa distribuição? Esses presos são segmentados por facção, como acontece, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, ou vocês colocam todos em conjunto? Como é que é feito isso? E como é que vocês tratam o isolamento das lideranças das facções criminosas?

O SR. JORGINHO MELLO (*Fora do microfone.*) – Senador, posso permitir à...



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Claro.

O SR. JORGINHO MELLO – ... nossa Secretária poder dar essa informação? Eu sei como é que funciona, mas eu gostaria de prestigiar, até porque ela veio junto conosco e é uma mulher porreta, uma mulher que comanda aquele presídio, que é um zelo no capricho, no silêncio, na disciplina, na valorização, no respeito às pessoas humanas. Então, eu gostaria de que ela pudesse dar essa informação a V. Exa.

A SRA. DANIELLE AMORIM SILVA (Para expor.) – Um bom-dia a todos.

A gente faz a separação das facções, até por questão de segurança. Então, a gente realiza a porta de entrada, que é aquela qualificação no momento da entrada dos presos, e ali a gente já faz toda a identificação. Quando não identificado na porta de entrada, a gente tem uma inteligência muito atuante, essa inteligência já atua em conjunto com as demais forças, e, identificado, a gente faz essa separação por galerias, não por unidades prisionais, mas em galerias, dentro da própria unidade prisional.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Aproveitando a Secretária: a adesão dos custodiados à oportunidade de trabalho, a senhora tem esse percentual?

A SRA. DANIELLE AMORIM SILVA – Sim. Hoje nós temos cerca de 35% dos presos trabalhando, mais de 10 mil, 11 mil presos trabalhando. Todos os internos querem trabalhar, são poucos os que não querem trabalhar, mas a gente faz uma seleção. Nós temos a Comissão Técnica de Classificação, onde é realizado um filtro de qual interno pode trabalhar. Obviamente, nem todo interno vai ser colocado para trabalhar. É realizada também toda uma análise das questões de segurança, segurança da unidade prisional, questão de quantidade da pena, o perfil do preso: se ele é faccionado, a gente não coloca as lideranças para trabalhar, por questão de não fortalecer a organização criminosa, então, aqueles que são considerados lideranças das organizações não vão ter acesso, e isso é também uma forma de estratégia de segurança e de combate ao crime organizado, mas a gente oportuniza àqueles internos que querem trabalhar a possibilidade de sair desse vínculo com a organização e ter uma qualificação e o trabalho dentro da unidade prisional.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós entendemos que o trabalho é estratégia de segurança e é, sim, a melhor forma de combate ao crime organizado, porque a gente sabe que a maioria daqueles que cometem crime cometem em busca da questão financeira. Então, a partir do momento que nós, dentro das unidades prisionais, qualificamos esses presos e oportunizamos que, quando saiam, eles possam ser inseridos no mercado de trabalho, isso é uma forma de combate ao crime organizado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Muito bom. Parabéns.

Governador, com relação à integração com as forças federais, Santa Catarina tem um ponto de atenção que são Itajaí e Navegantes, por conta do escoamento de drogas, alguma coisa de ingresso de armas, mas, principalmente, o escoamento de drogas. Como é que está esse ritmo de integração e o que o senhor acha que a gente pode fazer para incrementar isso, para melhorar esse trabalho de combate ao uso dos portos?

O SR. JORGINHO MELLO (Para expor.) – Eu entendo que a nossa integração a gente sempre teve. A orientação que eu sempre passei e eu próprio pratico isto... A gente sempre leva em conta o Governo Federal, qual a sua competência, em que ele pode nos ajudar e em que nós podemos ajudar também. Por exemplo, nós temos seis portos, é o único estado do Brasil que tem esse número de portos. Agora vamos ter mais dois, vamos ter oito portos. E a gente sempre pergunta para que o Governo Federal possa, através daquele programa que tem aí, a Ficco, aquele programa nacional... A gente participa com todas as outras polícias, outras forças de segurança para ter esse controle de portos. A gente sabe que os portos, hoje em dia, são um grande canal de transporte de droga – a gente sabe disso. Então, a nossa participação junto ao Governo Federal, através desse programa, essa Ficco, que é uma integração das forças nacionais com as forças estaduais, lá funciona bem. Funciona bem e a gente sempre está atuando. Me parece que a Polícia Rodoviária Federal deixou de participar desse programa – isso não sabemos por quê –, mas nós participamos e queremos que ele seja fortalecido para trocar informações e se ajudar mutuamente. O objetivo é evitar o crime.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Perfeito.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ainda a essa integração nacional, o senhor já antecipou a sua opinião pela desnecessidade da PEC da segurança, pelo menos na forma como ela está ventilada, e eu gostaria que o senhor detalhasse um pouquinho mais isso. E, na questão do acesso a recursos federais, como é que se dá isso? Talvez o nosso Secretário possa informar se esse acesso às verbas do Fundo Nacional de Segurança vem melhorando, se continua muito burocrático. O que a gente tem aí para destravar esse gargalo que a gente sabe que existe entre essa relação?

O SR. JORGINHO MELLO – Eu só quero reafirmar que a Ficco, esse programa, a gente preza muito, a gente valoriza ele muito e as nossas forças de segurança têm conversado, têm atuado para que ele... A gente não entendeu, como já disse, por que a saída da Polícia Rodoviária Federal, que nos ajudava muito nas estradas, para droga, para fiscalização. Esse é um questionamento que nós estamos fazendo, mas nós estamos tentando superar e se desdobrar para que isso não seja um ponto falho.

Mas eu quero pedir ao nosso Secretário de Segurança, o Coronel Graff, que ele possa detalhar para V. Exa. sobre a pergunta sobre os recursos, sobre os fundos nacionais, que ele possa dar todas as informações.

O SR. FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF (Para expor.) – Senador Alessandro, Senador Mourão, em seus nomes cumprimento todos os integrantes do Senado Federal. Cumprimento também o nosso Governador, a Secretária Danielle, e em seus nomes também os secretários aqui presentes, em especial o Coronel Sinval, que é o nosso Secretário-Adjunto e está de aniversário hoje, então ganhando esse presente diferenciado na sua vida.

Bom, antes apenas de falar dos recursos, se me permitir, nós temos uma estratégia bastante ousada, diria eu, para o enfrentamento às organizações criminosas no Estado de Santa Catarina. E nós atuamos fortemente, como disse o nosso Governador, e quiçá todos os estados tivessem um Governador que dedica o olhar diferenciado para a segurança pública como o Governador Jorginho Mello o faz. Ele já expressou aqui a valorização que ele confere aos integrantes da segurança pública como um todo, a preocupação para que nós tenhamos os melhores equipamentos, os mais modernos, a fim de que nós possamos bem desempenhar as nossas atividades e, evidentemente, a valorização para com a saúde e a família do integrante da



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

segurança pública também, permitindo que ele possa se dedicar diuturnamente às suas atividades.

Nós agimos com uma integração operacional bastante acentuada. Prova está que acompanham o Governador o Delegado Geral, o Delegado Ulisses, o nosso Comandante-Geral, Coronel Emerson Fernandes, para que nós possamos trazer as melhores informações a fim de contribuir para o cenário nacional.

A polícia penal, o corpo bombeiros militar e a polícia científica, que também fazem parte, nós nos reunimos constantemente e conversamos sobre a situação da segurança pública, a fim de buscarmos estar um passo adiantado sempre. Usamos a Inteligência também como um eixo central para monitoramento, sobretudo a identificação dessas lideranças, os operadores, financiadores. E nós temos uma ferramenta – se eu posso assim dizer –, lá no estado, que nós chamamos de Gramfacrim, que é um grupo de acompanhamento e monitoramento de facções criminosas, o qual é composto pelas forças de segurança vinculadas à SSP, pela polícia penal, por integrantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, por forças, por órgãos federais como a Abin, a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e as Forças Armadas, tudo isso no sentido de reunir as informações na área de inteligência e poder trabalhá-las para transformar isto em ação firme nas ruas.

Nós também temos, através da polícia civil, uma delegacia especializada de combate à lavagem de dinheiro e também a Draco, de repressão ao crime organizado, que só ao longo deste ano – o Delegado pode nos corrigir, mas salvo engano – já desbancou, digamos assim,, do crime organizado mais de R\$50 milhões. Isso tudo contribui para o enfraquecimento das organizações criminosas, atuando nesse ataque financeiro, nesse ataque patrimonial, além do controle e monitoramento do sistema prisional, como bem disse a Secretária Danielle.

Também temos algo diferencial em relação ao Brasil, senhores, que é o emprego estratégico de tecnologias. Nós temos um sistema integrado de segurança pública que reúne os bancos de dados de todas as nossas forças de segurança, junto com a polícia penal e a Sejuri, e também ele viabiliza o acesso muito prático, muito rápido, do policial que está na ponta para consultar determinada situação, sem contar outros bancos de dados que existem ali, também à disposição do policial, disponíveis nesse Sisp.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para trazer um exemplo para os senhores: certa feita, nós estávamos pesquisando um cidadão de uma outra unidade federativa e, ao contactar com aquela unidade federativa, eles precisaram acessar seis bancos de dados, seis sistemas e uma planilha para nos dar as informações; ao passo que, em Santa Catarina, se nós digitarmos o CPF, o nome da pessoa, do cidadão, nós já temos todas as informações necessárias ali à disposição dos policiais.

O SR. JORGINHO MELLO – E da própria viatura. Ele não precisa ir para uma unidade para poder consultar; ele tem acesso no próprio celular.

O SR. FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF – Pois bem.

Quanto à questão das verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública, quando o Governador nos chama para administrar a Secretaria da Segurança Pública, ele traz algumas recomendações, porque Santa Catarina ocupava um degrau que não combinava com os números que ela apresenta. Ela era a penúltima colocada em execução do Fundo Nacional de Segurança Pública, transferido para o nosso fundo estadual. Houve ali uma série de mexidas, de recomendações, de conversas. Nós temos hoje lá um coronel da polícia militar, um delegado da polícia civil e um coronel do corpo de bombeiros militar que nos auxiliam nesse sentido. E nós passamos desta vexatória, diria eu, penúltima posição para aquele que mais executou recursos públicos no ano passado. Então, isso foi até um *case*. A própria Secretaria Nacional de Segurança Pública, através de seminário que ela fez, chamou-nos para nós darmos esse depoimento e lá, sim, foi demonstrado como nós devemos estar fazendo, buscando fazer exatamente essa execução, para que esses recursos se transformem em armamento, em viaturas, em equipamentos de proteção individual, ou seja, de todos os tópicos que ele vem para atender, ele ser entregue efetivamente aos integrantes da segurança pública.

O SR. ULISSES GABRIEL (*Fora do microfone.*) – Secretário, poderia só fazer uma consideração a respeito do sequestro de patrimônio de criminosos?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só, colega, vou pedir para acionar o microfone por conta do registro.

O SR. ULISSES GABRIEL (Para expor.) – Só para fazer uma consideração, nós apresentamos para o Governador Jorginho o que foi bloqueado, sequestrado e apreendido de



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patrimônio de criminosos desde 2023, quando ele assumiu o Governo. Quando o Governador Jorginho assumiu o Governo, ele pediu que nós tivéssemos um foco não só na prisão do criminoso, mas na quebra da organização criminosa. Quebrar a organização criminosa implica tirar o patrimônio dela, porque, quando nós temos um CEO de uma empresa e ele sai, outro CEO vai assumir o lugar e aquela empresa continua. Então, nós fortalecemos a Delegacia de Lavagem de Dinheiro da Deic (Diretoria Estadual de Investigações Criminais) e criamos mais três delegacias de lavagem de dinheiro em Santa Catarina, uma em Joinville, uma em Florianópolis e outra em Blumenau, nas cidades com mais de 300 mil habitantes. E elas são criadas depois nas cidades com mais de 200 mil habitantes.

Para se ter uma ideia, no primeiro ano, nós conseguimos fazer o sequestro, o bloqueio de R\$1,1 bilhão de criminosos. Em 2024, mais R\$1,1 bilhão e, no ano de 2025, em razão da melhoria da *expertise*, foram R\$2,2 bilhões que foram sequestrados em imóveis, veículos, barcos e patrimônio de criminosos, o que totaliza aí R\$4,5 bilhões em valores bloqueados ou sequestrados pela Polícia Civil de Santa Catarina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Da minha parte aqui, Senador Mourão, nosso Presidente aqui, e Jorginho – a gente fala Jorginho pelo costume –, Governador Jorginho, é reiterar os parabéns.

O SR. JORGINHO MELLO (*Fora do microfone.*) – Eu era colega.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O Estado de Santa Catarina, o povo de Santa Catarina, o trabalho da sua equipe, sob seu comando, é uma demonstração daquilo que a gente bate aqui já há algum tempo. O Brasil não precisa tanto de mudança de lei, o Brasil precisa de gestão séria: ouvir os técnicos, ouvir os profissionais, porque essa diferença na ponta quem faz é o profissional que está lá, não vai ser o Governador nem o Senador aqui. Então, parabéns a vocês. Obrigado pela colaboração.

Ao longo do processo da CPI, a gente novamente vai voltar a acionar a sua equipe, pedindo mais dados, porque, ao final, quando a gente refinar essa parte do mapa das organizações criminosas no Brasil, a gente vai passar também pelos colegas das polícias judiciárias.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou devolver a palavra aqui ao nosso Presidente para as suas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom, o nosso Relator foi, como sempre, extremamente preciso e conciso nas perguntas. As respostas do Governador já abrangeram aquilo que seriam as minhas perguntas para o amigo.

Então, vamos dar prosseguimento à nossa audiência.

Alessandro, eu vou passar a palavra ao Secretário de Segurança Pública, o Coronel Flávio Graff.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O senhor tem 20 minutos.

O SR. FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF (Para expor.) – Na verdade, Senadores, os números que existem em Santa Catarina tornam o nosso estado um estado pujante, um estado trabalhador, como bem disse o Governador. Tem uma série de iniciativas que o Governador adota para que nós possamos estar em um constante desenvolvimento. E as nossas corporações – vinculadas à Secretaria de Segurança Pública e não subordinadas –, porque quando o Governador adota uma metodologia, um formato, em que ele confere autonomia plena a cada uma das instituições, seja na área de pessoal, na área de orçamento, financeiro, operação, enfim, elas estão apenas vinculadas à Secretaria de Segurança Pública, porque à Secretaria de Segurança Pública incumbe os ditames das políticas públicas de segurança, a conversa também da União com o Governo Federal e, sobretudo, e eu acho que é um dos grandes motes que nós temos lá e talvez seja um dos ingredientes dessa receita, é a integração. E isso facilita, a partir do bom comandamento do Coronel Emerson Fernandes, do Delegado-Geral Ulisses, enfim, de todos os integrantes das forças de segurança.

Outrora houve já histórias de algum tipo de conflito, mas hoje os conflitos são altamente éticos, profissionais, no sentido de estar viabilizando o melhor serviço à população. Feito isso, nós acabamos tendo a plena consciência de que vivemos em um país em que temos uma grande dificuldade quando se fala em segurança pública.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Existe um instituto, com sede na Austrália, que faz a mensuração da violência em diversos países – são 163 países –, e eles classificam, através de 23 quesitos, esses países, esses locais quanto à violência. Evidentemente que os mais seguros são aqueles países nórdicos, Islândia, Suécia, enfim; os mais inseguros, a Ucrânia e a Rússia, todos nós podemos imaginar o porquê; e o Brasil ocupa a 130ª posição, à frente apenas, na América do Sul, da Venezuela e da Colômbia.

E nós, em Santa Catarina, entendemos que nós vivemos numa espécie de uma ilha ante o que é a realidade do país, mas nós temos os nossos problemas também. Temos essas questões de crime organizado, temos as questões da violência, do feminicídio. E aí a gente trabalha uma série de frentes para que nós possamos minimizar isso ao máximo possível.

E um dos programas que o Governador nos determina a fazer, exatamente vislumbrando a diminuição dos números de feminicídio, é um plano estadual de combate à violência contra as mulheres. O Governador lançou isso agora no mês de agosto último, é um plano decenal, são ações que serão incorporadas, implantadas até o ano de 2035, que trazem bastante relevância à questão da prevenção e da educação para que todos tenham ciência desse mal que nos aflige: o atendimento e proteção àquelas mulheres que, por acaso, tenham sido vítimas, e também a responsabilização e reeducação dos agressores, tendo outros dois eixos, mas é mais na área de monitoramento e governança.

O SR. JORGINHO MELLO – Nós estamos fazendo uma campanha muito forte, só para ajudar, Senador Mourão e Senador Alessandro, com um trabalho com os homens, porque os homens são os causadores, a mulher é a vítima. Então nós estamos fazendo um trabalho maciço. A Vice-Governadora é Delegada de Polícia aposentada e está coordenando, junto com a Secretaria de Assistência Social, com a educação, com as forças de segurança, campanhas maciças para dizer para o homem: "Se liga, cara. Você que é o problema, você que tem que aprender a respeitar a mulher. A mulher só quer respeito, não quer mais absolutamente nada". Então tem dado resultado esse programa, porque nos preocupa, e preocupa o Brasil todo, o crescente número de feminicídio. Eu falo por Santa Catarina: não combina com Santa Catarina esse tipo de crime lá. Então a gente tem investido muito na conscientização dos homens.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF – Ante toda essa consciência que nós queremos despertar nas pessoas, a fim de aproveitar a fala do Senador Presidente, a ideia é nós darmos a devida dignidade às mulheres, às pessoas, de modo geral, que residem no nosso estado.

Bom, nós temos inúmeras pesquisas que mostram essa sequência de bons resultados em Santa Catarina. O Ranking de Competitividade dos Estados, por exemplo, nos coloca como primeiro em segurança pública, segurança patrimonial, capital humano. Temos as cidades mais seguras do Brasil. Segundo o Anuário deste ano, Santa Catarina o estado mais seguro, como os senhores bem sabem; Florianópolis, a capital mais segura do país; e três cidades, que são Brusque, Jaraguá do Sul e Tubarão, também figurando entre as mais seguras do nosso país. Nós temos um índice de homicídios bem abaixo da média nacional, nós temos 9 a cada 100 mil habitantes. E a gente sempre fala em homicídios e muitas pessoas, talvez quem esteja assistindo, acabem não compreendendo, mas esse é o padrão que a ONU utiliza pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16, da ONU, a fim de que nós possamos, através desses índices, saber onde nós temos melhores condições de desenvolvimento, onde temos mais segurança, ou seja, a taxa de 10 por 100 mil habitantes já insinua problemas de ordem de segurança, crimes, tráficos, e assim por diante; crime organizado.

Nós temos também inúmeros outros números que eu poderia aqui citar, todos eles diminuindo, em relação a roubo, roubo de banco, furto de celulares, enfim, e aí nós nos deparamos com os nossos números, que nós mesmos geramos lá no estado, e vemos que nós estamos caminhando adequadamente. Nos homicídios, nós temos uma redução de mais de 20%, 23%. Nós tivemos uma quebra da série histórica dos últimos 18 anos nos meses de junho, julho, agosto e setembro, os menores números, e outubro também foi o segundo menor número dessa série histórica. Os feminicídios propriamente ditos também estão reduzindo.

Quanto aos homicídios, convém citar que Santa Catarina tem 295 cidades, 68% não registraram um homicídio sequer, isso equivale a dizer que há cerca de 200 cidades sem ter alguém que tenha sido vítima de algum tipo de assassinato. Então, os números são todos positivos para nós, e acreditamos que nós conseguiremos estar em uma condição privilegiada, diferenciada quanto à segurança pública.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu gostaria apenas de finalizar, ratificando aqui uma situação que é o olhar diferenciado que o Governador tem para com a segurança pública, e isso certamente contribui também para que nós tenhamos esses índices. Não bastasse nós estarmos nessa condição privilegiada, como eu disse, e todos nós sabemos que mais difícil do que chegar ao topo é manter-se nele, o Governador acaba de... Tivemos, na semana passada, aprovada na Assembleia Legislativa, uma reestruturação da Secretaria de Segurança Pública a fim de que nós tenhamos melhores e mais condições de bem desempenhar a nossa atividade, viabilizando que os verdadeiros heróis, que são aqueles que não usam fantasias e, sim, farda, uniformes, possam estar prestando as suas atividades à população. Eu afirmo, em caixa alta e negrito, Srs. Senadores, que em Santa Catarina a população confia plenamente nas forças de segurança. Em qualquer rincão, em qualquer local, no breu abandonado, se um cidadão encontrar um agente que representa o Estado, seja ele da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Científica, do Corpo de Bombeiros ou da própria Polícia Penal, eu tenho certeza de que ele vai se dirigir até esse cidadão, até esse agente de segurança para bem encaminhar aquilo que ele pretende.

Então, agradeço a atenção de todos os senhores. Esperamos que Santa Catarina possa efetivamente contribuir, e que nós tenhamos aí uma legislação, um novo divisor de águas a partir deste trabalho que os senhores estão fazendo para a segurança pública de modo geral.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Eu agradeço pelas palavras.

Eu não tenho questionamentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Consulto o Vice-Presidente Senador Hamilton Mourão se deseja fazer seus questionamentos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu tenho aqui duas perguntas, Presidente. São perguntas mais técnicas, e eu as reservei para o Coronel Graff, viu, Jorginho?



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coronel, como é que o senhor avalia a questão da permeabilidade da fronteira na região de Barracão e Dionísio Cerqueira e as informações ou informes de que a facção PCC e movimentos terroristas como o Hezbollah lá operam?

O SR. FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF (Para expor.) – A nossa Diretoria de Inteligência e Estatística da SSP trabalha frequentemente e agora nós tivemos, o Governador inaugurou, em parceria com o Governo Federal, recentemente, lá em Dionísio Cerqueira, um Centro Integrado de Comando e Controle. Nós estamos operando com a polícia militar, com a polícia civil, o Governador participou de uma missão internacional na Argentina e conversou também com policiais para termos representantes ali, não só ali, mas em toda a faixa litoral, porque nós recebemos muitos argentinos. Aliás, até complementando uma informação anterior, nós temos 19 mil imigrantes que foram para Santa Catarina, todos eles registrados, esses 19 mil, com carteiras de trabalho, trabalhando sobretudo nas cidades de Joinville, Chapecó e em Florianópolis, a grande maioria deles venezuelanos, mas temos haitianos, temos um bom percentual também de imigrantes argentinos. E nós acompanhamos atentamente, por intermédio das agências de inteligência, com auxílio da polícia militar, da agência central de inteligência e também da agência de inteligência da polícia civil, a fim de que nós sempre possamos ter essas informações e reprimir aquilo que nós conseguirmos, porém, entendemos, reforçando aquilo que o Governador citou anteriormente, e nós pactuamos dessa opinião, que nós precisamos ter reforçadas as instituições federais, para que elas efetivamente possam cumprir a sua função constitucional, permitindo que nós possamos atuar, de modo geral, na prevenção e como polícia judiciária também.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Apenas, Senador Mourão, só para um questionamento, não um questionamento, uma solução de forma procedimental, neste ato, esta Presidência designa V. Exa. como Relator *ad hoc*, apenas para a Comissão não ficar sem Relator, apenas nesse sentido.

Pode continuar a inquirição.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Presidente.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só complementando aqui, Coronel Graff, o senhor não confirma que o PCC opera nessa fronteira?

O SR. FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF – Não, nós temos ali a operação, sim, de vários grupos de organizações criminosas, vários não, grupos de organizações criminosas, porém, nós acompanhamos e monitoramos no sentido de agir sempre que nós tivermos essa condição e a segurança dos nossos agentes.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, coronel.

E a outra pergunta é: em relação à principal facção do estado, o PGC, que nível o senhor considera, de articulação nacional e internacional, que ela possui?

O SR. FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF – O Primeiro Grupo Catarinense, assim chamado PGC, surge numa penitenciária da Grande Florianópolis, em São Pedro de Alcântara, e surge inicialmente para propósitos de proteção do preso, da família, disciplina, exatamente porque, à época, nós tínhamos algumas dissidências. Aí, com o passar do tempo, ele se aproxima do Primeiro Comando da Capital, o PCC, porém, mais para alianças, digamos assim, afasta-se, e hoje ele está vinculado ao Comando Vermelho. É o principal grupo, organização criminosa que nós temos em Santa Catarina de maior número. A Secretária Danielle tem, através da sua equipe, os registros dos faccionados que estão nas penitenciárias, e nós acompanhamos isso sempre com muita atenção através do nosso Gramfacrim, como eu disse antes, o Grupo de Acompanhamento e Monitoramento de Facções Criminosas, em que todas as instituições que estão envolvidas com a segurança pública de modo geral acabam adotando e complementando-se nessas informações para melhor atuação.

O SR. JORGINHO MELLO – Só para complementar, Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Governador.

O SR. JORGINHO MELLO – Se V. Exa. me permite. Nós temos 6 mil do PGC, que estão nos nossos presídios, que se declararam do PGC; do PCC, 1,9 mil; do Comando Vermelho, 76; do



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bala na Cara, 26; Os Manos, 140. Então, o PGC é, sem sombra de dúvida, o que tem maior número, porque é de origem catarinense.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Governador.

Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Eu quero aqui agradecer, mais uma vez, a presença do Governador, de toda a sua equipe, do Secretário, do representante da polícia militar, Comandante, Delegado-Geral da polícia civil. Estendo o meu abraço carinhoso e sucesso na gestação à colega que está lá à frente da polícia técnica e científica. Quero falar para o senhor mais uma vez que eu o considero como amigo, porque acho que às vezes a gente se deixa levar por muita coisa na vida da gente, se deixa contaminar por *status*, cargos, funções, mas o que me move para estar na política é o seguinte: o que eu efetivamente posso fazer para transformar a vida das pessoas? E isso não tem partido, isso não tem nada, é uma questão de civilidade. Então, eu acho que o que me move para estar na política...

E eu sempre relutei, eu criminalizava a política. Fiquei 52 anos criminalizando a política. Eu fui Delegado de polícia, o senhor sabe disso, com muito orgulho e professor de Direito Penal e Processo Penal. As pessoas quando me abordavam para eu entrar na política, eu falava: "Não, isso não funciona para mim, só tem...", eu já usava um adjetivo. Até que eu fui tocado pelo discurso de Martin Luther King, um pastor negro, que dizia que o que mais assusta não é a ousadia dos ruins, mas a omissão dos bons. E a política precisa de pessoas boas, pessoas efetivamente que tenham um bom coração, que tenham boa-fé, que tenham honestidade intelectual e que tenham a capacidade de entender que nós vivemos num Brasil muito desigual e que essa mazela da segurança pública... A segurança pública, o crime é um fenômeno social e todos nós temos interesse na redução desse fenômeno.

Nós temos que lutar para que, efetivamente, os jovens não sejam cooptados pelo tráfico ou pelas organizações criminosas. Nós temos que implementar a escola em tempo integral, nós



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos que ter saneamento básico, iluminação pública, saúde pública de qualidade. São vários fatores que permeiam a redução da criminalidade. Agora, quando a pessoa efetivamente opta por praticar crimes, ela tem que ter o grau de reprovabilidade de acordo com a lesividade que ela tenha praticado. Então, é por isso que eu defendo que, efetivamente, há casos em que nós temos que tratar igualmente os iguais à medida que eles se desigualem. Então, eu não posso fazer aqui...

E eu faço aqui... Eu fiz um enfrentamento aqui, Senador Jorginho, porque o senhor sabe, o senhor ficou aqui nesta Casa por quatro anos, nesta Casa em que muitos já foram Governadores, e foi um projeto de minha autoria, que eu aprovei aqui nesta Casa, para transformar corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, em crimes hediondos, porque, quando um Governador, quando um político desvia verba da saúde, ele mata milhões de pessoas. E aí eu fiz um desafio, fiz isso ao Ministro da Justiça aqui, eu falei: qual é o percentual da população carcerária que está cumprindo presa hoje, no Brasil, crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, concussão? Você não tem. As cadeias estão lotadas, infelizmente, com recorte socioeconômico e racista de pobres pretos e semialfabetizados. Então, para isso tem que ser dada uma resposta. É isso que me faz estar nesta Comissão e é isso que me faz estar no Senado Federal e na política.

Agora, esta Comissão também tem que ser propositiva. Ela não pode ficar aqui dando palanque, palco, de acordo com partido político. Eu, graças a Deus, tenho minha consciência tranquila com relação a isso, tanto o Relator... Mas a gente tem que jogar luz e falar o que nós podemos dar de prestação para a população brasileira, de Norte a Sul do país, para que tenha garantida aquela premissa constitucional expressa no art. 144, de que segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado e que, infelizmente, a população se vê em estado de vulnerabilidade; ela não se sente segura de andar com o celular, ela não se sente segura de estar andando com relógio ou de sair à rua, muitas vezes, porque, infelizmente, o Estado não está presente ali para dar efetividade àquela garantia constitucional.

E que isso não é favor, é uma determinação porque, quando você pega o art. 6º da Constituição Federal, está lá: são direitos sociais o direito de educação, saúde, moradia, lazer, vestuário, higiene, trabalho, previdência. A letra da lei não pode ser uma letra morta, mas essa



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei tem que ganhar vida, vez e voz para transformar a nossa sociedade em uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais igualitária, mais inclusiva e mais plural.

Desculpa o desabafo, mas eu espero um dia, se Deus me der vida e saúde e a população do Espírito Santo assim permitir, ter orgulho de falar: "Olha, vivemos num Brasil em que todos somos iguais perante a lei, independente da raça, cor, etnia, religião, origem ou orientação sexual". Esse dia ainda não chegou porque, infelizmente, no Brasil, uns são mais iguais que outros. Infelizmente, no Brasil, ainda se julga ou se tenta desqualificar uma pessoa pela orientação sexual, pelo gênero ou pela cor da pele. Infelizmente, no Brasil, ainda quando um político é condenado por corrupção, concede-se a ele prisão domiciliar, quando os pobres pretos estão morrendo dentro do sistema prisional e não é concedida prisão domiciliar.

Eu acho um acinte à população quando você vê um político condenado a 300 anos de cadeia tomando champanhe na sua cobertura, enquanto que os pobres aí... E eu fico, assim, estarrecido – tá, Senador? – quando eu vejo aqui esta Casa aumentando a pena para furto de cabo de energia; isso é o Estado criminalizando a pobreza. Aumenta a pena da receptação, transforma em crimes hediondos os crimes de corrupção, como eu fiz; aí sim, nós vamos dar reprovabilidade. Aumentando a pena de estelionato para 19 anos... Ora, a pena do homicídio é de 6 a 20. Então, a gente tem que dar um tratamento de acordo com o grau de reprovabilidade.

Então, fica aqui o meu comprometimento, enquanto Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado, para que ela seja, ao final, propositiva. Temos que alterar a lei, temos que cobrar do Executivo a integração, uma integração participativa, em que ninguém vai ser melhor do que ninguém, as vaidades a que a gente tem que se blindar para que a gente possa prestar um serviço à população que, efetivamente, mais precisa.

Então, parabéns pela postura como político, como ser humano, como Senador que foi e hoje como Governador de um grande estado, de um estado brasileiro que é o Estado de Santa Catarina, ao qual eu quero aqui estender um abraço carinhoso e fraternal.

Muito obrigado por terem vindo.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. JORGINHO MELLO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Ah, concedo a palavra ao Governador.

O SR. JORGINHO MELLO – Sr. Presidente, antes do término, eu quero também cumprimentar todos os Srs. Senadores, agradecer à minha equipe, que está aqui conosco, todas as forças de segurança, e ficar à disposição da Comissão. Quando os senhores precisarem de uma informação, eles estarão lá completamente à disposição para colaborar, para ajudar a construir o melhor documento, a melhor... Porque eles têm experiências do dia a dia. Os senhores podem chamar, a gente faz questão que eles venham aqui. Se for o caso, se os senhores quiserem ir lá conhecer, visitar, eu recebo com o maior prazer, não tenham dúvida, para que a gente possa... que os senhores possam produzir um documento que sirva para a gente aparar arestas, para a gente centralizar, para a gente integrar, para a gente fazer de forma mais limpa a legislação, que a gente possa enxergar a punição mais clara do que subterfúgios de que ali tem benefício daquilo, benefício daquilo, e, no final, sobra para os menos afortunados.

Eu quero me colocar mais uma vez à disposição, agradecer, dizer da honra de Santa Catarina em estar aqui para contribuir com o Brasil. A segurança precisa melhorar em todo o Brasil como um todo, a gente precisa se ajudar, e Santa Catarina é um elo dessa corrente que é forte, a gente zela por ele, a gente dá manutenção a ele e quer ser útil a esta Comissão Parlamentar de Inquérito dirigida por V. Exa., que tem demonstrado, em todos os momentos – no tempo que o conheci, no tempo que convivemos aqui –, o zelo pela verdade, pela justiça, pela coerência e isso faz parte... isso é essencial na vida de cada um de nós.

Por isso, Santa Catarina fica à disposição em todas as áreas da segurança pública para contribuir com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Governador.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quero mais uma vez pedir desculpas por ter encerrado antes de te conceder a palavra, talvez impelido pela emoção de rever o colega e querer dar-lhe um abraço fraternal.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos e, nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9966012885>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Hamilton Mourão, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Veneziano Vital do Rêgo, Jorge Kajuru, Eduardo Girão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Nelsinho Trad, Eduardo Braga, Paulo Paim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Magno Malta e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva. Finalidade:** Oitiva do Senhor Conrado Leister, Diretor-Geral da Meta no Brasil, em atendimento ao requerimento 115/2025. **Resultado:** Realizada a oitiva da Sra. Yana Dumaresq Sobral Alves, Diretora de Políticas Econômicas da Meta para a América Latina, em substituição ao Sr. Conrado Leister, conforme deferimento da presidência da CPI. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2026/02/24>



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Esta Presidência informa que recebeu o Ofício 2, da Sra. Kaliana Kalache, Diretora de Políticas Públicas da Meta Brasil, com a solicitação de que fosse ouvida a Sra. Yana Dumaresq Sobral Alves, Diretora de Políticas Econômicas da Meta para a América Latina, em substituição ao Sr. Conrado Leister, Vice-Presidente de Vendas do Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. Como forma de viabilizar a realização da presente reunião, o pedido foi deferido. Ressalto ainda que a aprovação do nome do Sr. Conrado Leister decorreu da aprovação do Requerimento 115, de autoria do Senador Alessandro Vieira, Relator desta CPI.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada em 17/12.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Como disse, esta reunião destina-se à oitiva da Sra. Yana Dumaresq Sobral Alves, Diretora de Políticas Econômicas da Meta para a América Latina, cujo cargo lida com as políticas de prevenção a fraudes e golpes nas plataformas e com as iniciativas de colaboração com autoridades para identificação e mitigação de crimes digitais. A Meta é a empresa que disponibiliza as plataformas digitais Facebook e Instagram.

Convido a tomar assento à mesa a Sra. Yana Dumaresq, neste momento, por favor. *(Pausa.)*

Antes de conceder a palavra, gostaria de tecer algumas palavras que eu reputo importantes nesta Comissão.

Hoje damos início a mais uma reunião da CPI do Crime Organizado, reafirmando os compromissos que assumi desde o primeiro dia como Presidente desta Comissão: investigar com seriedade, coragem e responsabilidade os tentáculos do crime, que corroem o presente e ameaçam o futuro de milhões de brasileiros. Não é de hoje que deixo claro que nosso objetivo



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aqui é simples, mas inegociável: buscar a verdade, enfrentar o poder e garantir que ninguém – ninguém! – fique acima da lei.

Esta Comissão trabalha por quem acorda cedo todos os dias, pega ônibus lotado, enfrenta filas, dá tudo de si para sustentar sua família; por quem paga imposto, mas vê de volta apenas o descaso de um sistema que deveria protegê-lo e não feri-lo; por empresários honrados que constroem seus negócios com honestidade, geram empregos e sustentam o Brasil com o suor de seu trabalho. Trabalhamos pelo trabalhador, pelo estudante, pelo aposentado, pela mãe, pelo gari, pelo pai, pela criança, que sonha com um futuro melhor. Trabalhamos por todos vocês. E é por isso que conduzimos nossa missão com o máximo rigor e responsabilidade, porque sei que devemos resposta àqueles que nos trouxeram até aqui.

Hoje ouviremos a Sra. Yana Dumaresq Sobral Alves, que é Diretora de Políticas Econômicas da Meta para a América Latina, sobre questões de enorme relevância. A Meta, como sabemos, administra plataformas amplamente utilizadas no Brasil, como Facebook, Instagram e WhatsApp, que conectam milhões de vidas e servem de ferramenta para trabalho, comunicação e informação. No entanto, temos indícios claros de que essas plataformas também estão sendo exploradas para enganar, iludir, ocultar e fraudar; indícios de que criminosos se utilizam desses meios para sustentar redes ilícitas refinadas e cruéis.

Não podemos permitir que o avanço tecnológico seja utilizado para propagar o atraso social. Mais do que justificáveis, queremos medidas concretas. Queremos saber o que está sendo feito – ou negligenciado – para proteger aquele que usa essas plataformas de boa-fé, confiando na segurança de um ambiente que por vezes parece guiado apenas pelo lucro e não pelo compromisso com o cidadão.

Amanhã, esta CPI também dará um passo histórico. Deliberaremos sobre requerimentos de convocações, convites, quebras de sigilo e pedidos de informações. Uma vez aprovados, daremos início a uma nova e fundamental fase. É o pontapé necessário para investigarmos com mais profundidade os tentáculos do crime organizado, como costumam dizer – tentáculos que se infiltram nas estruturas econômicas, financeiras, tecnológicas, corroendo-as no tecido social e lesando milhões de brasileiros.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como Presidente desta Comissão, cabe a mim a responsabilidade de pautar os requerimentos, mas a sua aprovação depende deste Colegiado. Essa é uma responsabilidade democrática que exige compromisso com a verdade e respeito ao povo brasileiro. Que os votos de cada Parlamentar aqui presente reflitam a coerência, a seriedade e a integridade que esta CPI deve inspirar. Acredito que juntos podemos garantir que as deliberações feitas amanhã sejam voltadas ao enfrentamento do crime e não ao espetáculo político.

E é justamente com a aprovação desses requerimentos que criaremos as bases para investigar casos como o do Banco Master. Trata-se de fraudes bilionárias, um rastro de prejuízos que impactou 1,6 milhão de clientes. Aposentados viram ruir suas economias, famílias perderam o que haviam construído com sacrifício, trabalhadores foram deixados sem amparo. Esses esquemas abusam da confiança para alimentar ambições ilegítimas, alimentam um sistema que rouba não apenas dinheiro, mas dignidade e esperança. Não podemos tolerar isso. Não haverá proteção para quem trafega nas sombras.

Além da aprovação dos requerimentos, amanhã também será um dia importante para os trabalhos desta Comissão, com a oitiva do Sr. Thiago da Silva Folha, conhecido como TH Joias. Ele foi indiciado pela Polícia Federal do Rio de Janeiro por crimes graves e associações perigosas com facções criminosas. As investigações apontam indícios de que ele se utilizava de um negócio legítimo, o comércio de joias, para lavar e movimentar milhões de reais em nome dessas facções. A presença do Sr. Thiago aqui será imprescindível.

E aqui eu quero fazer uma ressalva de que foi solicitada ao Supremo a autorização para que ele venha, e ainda não obtivemos essa resposta.

Precisamos entender como o crime organizado se infiltra na economia formal e quais mecanismos são utilizados para mascarar práticas ilícitas.

Desde o início desta Comissão, tomei como missão conduzir nossos trabalhos com ética, coragem e compromisso inabalável de agir pela verdade. Não acusamos sem provas, mas jamais silenciemos diante de indícios graves. Este não é um espaço para hesitações; é um espaço para agir. Ao término deste processo, digo com convicção: a sociedade saberá a verdade, saberá quem drenou o que era de direito de tantos, saberá quem financiou o crime que destrói famílias e quem entregou às próprias ambições a confiança que lhes foi concedida. Vamos expor com



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clareza e firmeza quem alimentou esse sistema de corrupção e poder, e isso será feito com coragem, mas também com respeito ao processo. Nossa missão é reconstruir a confiança no que é certo, protegendo as instituições democráticas e garantindo que sirvam ao povo e não aos interesses ocultos. O povo brasileiro está cansado de promessas vazias e indignações rasas. O povo quer respostas, e respostas esta CPI irá entregar. Chegaremos ao fim sem omissão, sem medo, com integridade e seriedade.

Muito obrigado.

E que Deus nos abençoe.

Uma ótima sessão para todos.

Com a palavra a convidada, a Sra. Yana Dumaresq, a quem a palavra será concedida por até 20 minutos, por gentileza.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES (Para depor.) – Muito obrigada, Senador.

Bom dia a todos, Presidente Contarato, Relator Alessandro Vieira, Senador Mourão; bom dia a todos os presentes.

Meu nome é Yana Dumaresq, eu sou Diretora de Políticas Públicas da Meta para a América Latina e participo dos esforços regionais da empresa para promover a integridade digital e combater fraudes e golpes no ambiente *online*.

Agradeço a oportunidade de participar desta audiência para discutir formas de colaboração entre os setores público e privado na proteção dos brasileiros contra criminosos, que estão cada vez mais sofisticados e persistentes no ambiente *online*.

Prevenir golpes é uma prioridade máxima para a Meta, e temos tido avanços importantes, os quais gostaria de compartilhar com os senhores.

A confiança em nossas plataformas é condição absoluta para o sucesso de nossos negócios. Nosso objetivo é proteger usuários e empresas contra práticas enganosas. Nossos usuários não querem esse conteúdo, anunciantes legítimos não querem esse conteúdo, e nós também não queremos esse conteúdo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Golpes minam o nosso ecossistema, e para combatê-los utilizamos uma abordagem multifacetada que inclui defesas técnicas e automatizadas, desarticulação de redes criminosas, colaboração entre atores da indústria e autoridades e fornecimento de ferramentas para que os nossos usuários também se protejam no ambiente digital.

Quero começar agora listando alguns desses aprimoramentos que fizemos na dimensão dos produtos.

Na dimensão do produto, nós removemos conteúdos, combatemos comportamentos que empregam meios para enganar ou fraudar usuários e empresas ou ainda para impulsionar engajamento. Isso inclui conteúdos que buscam coordenar ou promover essas atividades em nossas plataformas. As nossas regras de uso preveem que anunciantes não podem veicular anúncios que promovam produtos, serviços, esquemas ou ofertas que utilizem práticas enganosas ou fraudulentas, incluindo golpes para obter dinheiros ou dados pessoais de terceiros.

Como parte de nosso trabalho contínuo, implementamos uma série de atualizações de produto para fortalecer nossos esforços de detecção. Por exemplo, atualmente estamos testando ferramentas de detecção de golpes mais avançadas em conversas. Se um possível golpe for detectado por nossa inteligência artificial, nós imediatamente fornecemos alertas ao usuário, dizendo quais são as técnicas dos golpes comuns e dando ao usuário opções para ele bloquear esse remetente e denunciar essa conversa suspeita. No caso de anúncios, estamos expandindo os esforços para verificar a autenticidade das pessoas e das organizações que rodam anúncios em nossas plataformas, com uma ênfase especial em áreas de altos riscos de golpes, como anúncios de investimentos financeiros.

Também usamos tecnologia de reconhecimento facial para detectar e remover imagens de figuras públicas usadas como isca para anúncios fraudulentos – nós chamamos isso de *celeb baits*.

Nossos sistemas de segurança baseados em inteligência artificial estão cada vez mais efetivos na proteção das contas das pessoas, graças a ferramentas mais robustas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do trabalho em nossas próprias plataformas, o enfrentamento aos golpistas exige também parceria com toda a sociedade, e não temos medido esforços para nos aliarmos a diversos segmentos que estejam imbuídos dos mesmos objetivos que nós.

Permitam-me dar um exemplo: no primeiro semestre do ano passado, nossas equipes detectaram e desarticularam quase 12 milhões de contas no Facebook, Instagram e WhatsApp que estavam associadas a centros criminosos de golpes, a partir da colaboração com autoridades policiais e instituições parceiras ao redor do mundo.

Embora o combate a fraudes e golpes seja uma batalha contínua, já obtivemos resultados mensuráveis. Em 2025, a Meta removeu globalmente mais de 134 milhões de anúncios fraudulentos, apoiou autoridades na investigação e identificação de prisão de golpistas e verificou uma queda superior a 55% nas denúncias dos usuários sobre anúncios de golpes.

Seguimos aprimorando as defesas de nossas plataformas e, desde dezembro do ano passado, implementamos camadas adicionais de verificação dos anunciantes, exigindo informações sobre quem se beneficia e quem paga pelos anúncios que são veiculados.

Além das melhorias de produto, gostaria de citar também algumas das nossas iniciativas institucionais, no âmbito global e nacional, que nós vimos empreendendo para combater fraudes e golpes. Então, globalmente, nós participamos de algumas iniciativas relevantes de colaboração intersetorial para aprimorar nossas respostas coletivas a fraudes no ambiente digital.

Uma delas é o GSE (Global Signal Exchange ou Intercâmbio Global de Sinais), que é uma plataforma de compartilhamento de inteligência que conecta parceiros da indústria digital – então, Google, Microsoft, Meta – e autoridades públicas. Então, a gente compartilha ali sinais, táticas de golpes que nós estamos observando *online*, *sites* abusivos, tendências de novas ameaças.

Também somos atores muito ativos no Gasa (Global Anti-Scam Alliance ou Aliança Global Antigolpes), que, ao agregar atores de múltiplas indústrias – aqui nós estamos falando não apenas da indústria digital, mas também indústria de pagamentos, setor financeiro, consultorias, plataformas de *e-commerce* –, nós promovemos, dentro da Gasa, melhores práticas, onde temos



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visto sucesso nas diversas regiões do mundo, e ali a gente promove melhores práticas para capacitar atores ao redor do mundo.

Adicionalmente, no próximo mês, agora em março, na Cidade de Viena, a Meta se soma à ONU e à Interpol como uma das principais apoiadoras da Cúpula Global Antifraude, que terá como objetivo avançar em compromissos globais coordenados entre setores público e privado.

A Meta criou recentemente o Programa Fire (The Fraud Intelligence Reciprocal Exchange ou Intercâmbio de Inteligência Recíproca sobre Fraudes) para compartilhar informações com mais de 50 instituições financeiras ao redor do mundo e fortalecer o setor financeiro e o setor digital em seu combate a golpes. As informações recebidas por meio do Fire ajudam a gente a detectar e remover dezenas de milhares de contas e páginas violadoras em nossas plataformas e também aprimora a defesa dos bancos participantes.

No ano passado, nós nos associamos à Zetta, a associação de *fintechs* brasileiras, e a algumas outras instituições convidadas para discutir como que esse Fire poderia servir ao Brasil, e temos hoje o prazer de saber que três das maiores instituições financeiras brasileiras já aderiram ao programa.

Tivemos também, e temos, o orgulho de ter contribuído com a Aliança Nacional de Combate a Fraudes Digitais Bancárias, copresidida pelo Ministério da Justiça e pela Febraban. Essa iniciativa reuniu atores-chave do setor público e privado ao longo de 2025, incluindo a Meta, que participou ativamente do lado das empresas da camara-e.net e diversas agências governamentais, para discutir, formular e implementar estratégias de prevenção e combate a fraudes, golpes e crimes cibernéticos.

A Aliança reconheceu que as atividades criminosas estão migrando do ambiente físico para o digital, tornando essencial a colaboração de toda a sociedade para enfrentar as vulnerabilidades nos diversos elos da cadeia digital.

Além de integrar a Aliança, a Meta criou um canal de comunicação direto com a Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), para fornecer uma via exclusiva de denúncias para anúncios fraudulentos. E, desde dezembro de 2024, a Meta também vem cooperando com o Laboratório de Operações Cibernéticas da Secretaria Nacional de Segurança Pública – o Ciberlab



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Senasp – para combater fraudes. Da mesma forma, a Meta responde prontamente a dezenas de milhares de solicitações de autoridades e ordens judiciais no Brasil todos os anos, fornecendo dados para identificar o usuário e/ou cumprindo determinações de remoção de conteúdos, incluindo anúncios. Essas medidas, senhores, reforçam o nosso compromisso em colaborar com as autoridades brasileiras e apoiar esforços coletivos para combater fraudes digitais.

Nos últimos anos, a Meta ajuizou mais de 60 processos judiciais, globalmente, contra aqueles que abusam das nossas plataformas, inclusive casos no Brasil em que obtivemos liminares contra empresas que violaram nossas políticas de mensagens em massa e contra entidades que facilitaram a criação de milhares de contas inautênticas usadas para veicular anúncios fraudulentos. Essas entidades foram obrigadas a cessar suas condutas e reparar os danos causados.

Além de todas as medidas já mencionadas, nós também investimos em capacitar os nossos usuários contra golpes. Nos últimos anos, nossas campanhas de *marketing* e comunicação no Brasil alcançaram milhões de brasileiros dos mais diversos públicos, com mensagens práticas para a prevenção de fraudes *online*. Por exemplo, lançamos a central de prevenção contra golpes, com dicas para manter a segurança *online*, instruir como denunciar golpes, entre outras ferramentas.

Esses esforços contínuos também foram em muito amplificados por parcerias que nós fechamos com a Febraban, com a SaferNet e com a imprensa, utilizando grandes perfis de influenciadores nas nossas redes, para aumentar a conscientização e reforçar que o combate aos golpes exige vigilância e colaboração de todos. Os golpes, infelizmente, são feitos para parecer algo que não são. O objetivo é enganar e ludibriar pessoas, incluindo a Meta e os nossos sistemas.

Muitas vezes, os golpes não são consumados na plataforma da Meta, mas sim em outras plataformas e por outros canais, fora do nosso alcance – quando ocorre uma transferência bancária, por exemplo, ou por meio de *sites* falsos. Por esse motivo, é um problema realmente difícil de resolver e, por isso, precisamos de uma abordagem que envolva toda a sociedade, todos os elos da cadeia digital, e a educação do usuário é um pilar ainda mais importante.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos dedicados e confiantes em que nosso plano de ações para combate a fraudes e golpes em 26 trará reduções ainda mais expressivas nesses conteúdos e comportamentos danosos.

Agradeço novamente a oportunidade de me receberem hoje e estou à disposição para responder perguntas e trabalharmos juntos na busca de soluções para esse urgente problema.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sra. Yana Dumaresq Sobral Alves, pelas suas considerações.

Imediatamente, transfiro a palavra ao Relator, Senador Alessandro Vieira.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Também seguindo o seu exemplo, vou fazer um breve preâmbulo para registrar a importância desta audiência, deste depoimento, não para criminalizar a empresa – não é esse o ponto –, mas para que as pessoas e, particularmente, para que o Parlamento tenha a compreensão definitiva de que, quando a gente fala de crime organizado, a gente não pode limitar esta fala ao criminoso violento na favela. até porque, cada vez mais, você percebe um avanço da criminalidade para segmentos que são mais lucrativos. O bandido não necessariamente quer matar as pessoas; ele quer dinheiro, ele quer lucro, e nada dá mais acesso a vítimas do que a rede social. Então, esse é um ponto muito importante do que a gente está falando.

E o segundo ponto é registrar o elogio público à condução de V. Exa., Presidente Fabiano Contarato, em particular no tocante a ajustes de pauta e manutenção em pauta de requerimentos que nós sabemos que incomodam e provocam as figuras mais poderosas da República. Mas ou bem a gente trata todo mundo de forma igual perante a lei ou jamais seremos efetivamente uma República.

Sra. Yana, eu gostaria só de, inicialmente, confirmar alguns pontos com a senhora.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O Anuário de Segurança Pública apontou números que giram na casa de 56 milhões de brasileiros vítimas, a cada 12 meses, de golpes praticados pela internet – e aí, a empresa que a senhora representa responde por um percentual imenso dessa transmissão de dados. E os recursos envolvidos, os prejuízos, as vítimas, superam a casa dos R\$50 bilhões. É nessa faixa realmente a análise da empresa, a percepção da empresa?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES (Para depor.) – Senador, obrigada por sua pergunta, pelos seus comentários.

Veja, acho que é importante a gente colocar uma questão aqui. Como eu falei e quero reiterar, a Meta não tem interesse em abrigar atores maliciosos ou conteúdos maliciosos em suas plataformas e contribui para isso; além das ações e dos aprimoramentos de produto que realiza nas suas plataformas, ela contribui muito com a colaboração com diversas entidades, como eu falei com o senhor. Então, além do Anuário de Segurança Pública, da Aliança Nacional de Combate a Fraudes Bancárias Digitais, da própria Abecs, que discute formas de combate, cada agência, cada associação, cada entidade tem dados diferentes.

A Meta trabalha globalmente, então nós olhamos dados mais de forma global. Por isso, quando eu falo para o senhor... No ano passado, nós removemos 134 milhões de anúncios fraudulentos e desmantelamos algo como 12 milhões de contas, então a gente trabalha mais com um viés global. Obviamente temos, sim, repercussões em casos no Brasil, mas as nossas estatísticas são globais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só para deixar bem ajustada a resposta, a senhora me informa que não tem dados referentes, segmentadamente, ao Brasil.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Não temos dados segmentados do Brasil.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Assim, eu tenho muita dificuldade em considerar essa resposta razoável, não porque duvide da firmeza da senhora, não é isso, mas é porque uma empresa desse tamanho, com tanto recurso e que tem entre as suas múltiplas qualidades a segmentação da atuação, tem que conhecer os seus mercados, as fragilidades e fortalezas do seu mercado. Não é razoável... Imagino que o Brasil



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja um dos três ou quatro maiores mercados da empresa, globalmente, em número de usuários – deve estar por aí –, e você não saber a quantidade de contas... Porque esta seria uma das perguntas: quais são as métricas para o Brasil...

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Hum-hum.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... quantas contas removidas no Brasil? E a senhora já me antecipa que não tem esse dado.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Veja, Senador.... Obrigada. Se eu puder, se o senhor me permitir, o que eu gostaria de enfatizar? Como eu falei na minha fala inicial – e gostaria de explorar um pouco dessa dimensão com os senhores –, o ambiente digital, a cadeia da qual se servem golpistas e criminosos no ambiente digital, ela é muito ampla...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – ... e com diversos elos, ela se alimenta, se retroalimenta de vários elos dentro dessa cadeia. Então, muitas vezes, nós, quando temos e abrigamos esses conteúdos, nós não sabemos o que acontece depois que a pessoa sai da nossa plataforma, por isso que nós dependemos tanto de o usuário voltar até nós e nos reportar.

Então, vamos supor: ele se deparou com um anúncio que, aparentemente, não era fraudulento, ele foi direcionado a um outro local, e ali naquele local ele, então, se deparou e falou: "Não, isso aqui realmente não é, isso aqui me parece ser um golpe". Então ele volta até nós e nos reporta aquele anúncio. Então, nós precisamos desse *feedback* do que acontece fora das nossas plataformas.

E muitas outras questões, além da segmentação do que acontece fora das nossas plataformas, como também quais são os anúncios que são direcionados ao público brasileiro, isso são complexidades do nosso modelo de negócio, não apenas da Meta, mas do modelo de negócio digital, que nos coloca realmente com certas limitações na segregação dessas estatísticas.

Agora, o que eu gostaria de reiterar para o Senador? Quando nós dizemos que temos esta prioridade de combater golpes e crimes *online*, a gente já veicula aqui e professa o nosso



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento de que esse esforço tem que ser transnacional, porque, como o senhor falou, nós estamos lidando com organizações criminosas extremamente sofisticadas, extremamente capitalizadas, muitas vezes localizadas em outros territórios. Então, a gente trabalha com essa abordagem.

Agora, o que é importante ressaltar aqui? Dentro da nossa capacidade, do nosso compromisso e dos nossos investimentos, nós temos observado uma redução muito expressiva na prevalência e nos relatórios que nós temos recebido dos nossos usuários. Só no último ano, caiu 50% ou mais de 50% o número de relatórios de denúncias que os nossos usuários têm feito com relação a esses conteúdos nas nossas plataformas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A agência *Reuters* reportou, com base em documentos internos da Meta, que anúncios considerados de alto risco podem gerar bilhões em receita e que a empresa avaliou o custo relevante para a verificação universal de anunciantes, além de perdas potenciais de receita. E também descreveu a agência táticas para reduzir a possibilidade de descoberta e investigação de anúncios problemáticos na biblioteca de anúncios. Esses diagnósticos são efetivos, reais? A senhora tem essa informação?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Senador, o senhor está se referindo à matéria da *Reuters*?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Eu posso dizer ao senhor que eu trabalho com esse tema dentro da empresa há mais de dois anos e meio, nunca vi nenhum documento, não me lembro de ter visto nenhum documento que trouxesse esse tipo de interesse ou de abordagem, né? Ao contrário, volto a repetir aqui, as informações que nós temos é de que comportamentos golpistas e fraudulentos no ambiente digital desencorajam investimentos em anúncios, ou seja, é um desinteresse da empresa abrigar esse tipo de comportamento e de atores maliciosos dentro das nossas plataformas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ou, pelo menos, ter o comportamento descoberto.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, para que a gente possa ter a produtividade no depoimento da senhora, eu vou estressar um pouquinho mais este ponto específico da real atuação da empresa no combate à inserção de criminosos, porque não é difícil para quem está nos acompanhando compreender que o golpista, o estelionatário, enfim, o fraudador em geral busca o acesso às vítimas potenciais, e vocês proveem esse acesso inadvertidamente – e se imagina sempre inadvertidamente.

Mas quais são os mecanismos – a senhora citou isso tangencialmente no começo da sua apresentação –, quais são os mecanismos utilizados para a verificação da autenticidade dos anunciantes, da autenticidade dos usuários?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Vamos lá!

Então, eu vou falar de alguns desses mecanismos, tá, Senador? Muito obrigada pela sua pergunta, que eu acho que dá a oportunidade de a gente trazer um conhecimento mais amplo sobre todos os investimentos e aprimoramentos que a Meta tem feito.

Então, o primeiro ponto que é superimportante de a gente ressaltar: a Meta se preocupa com a segurança dos seus usuários, tanto *online* quanto *offline*, né? Então, primeira camada aqui que eu gostaria de estressar é: nossas regras proíbem conteúdos que coloquem em risco a segurança das pessoas, que incitem violência, que sejam usados para coordenar atos violentos, ou que incentivem práticas criminosas ou que...

Inclusive, nós também não permitimos presença nas nossas plataformas de indivíduos ou organizações que professem uma motivação ou uma missão violenta, tá? Então, a partir dessas nossas regras, a nossa tecnologia detecta e remove esse conteúdo, na maioria das vezes, na esmagadora maioria das vezes, antes mesmo da denúncia, tá? Então, os nossos sistemas estão sempre se aprimorando, de inteligência artificial, de *machine learning*, estão sempre se aprimorando para tentar, para detectar e remover esse conteúdo, muitas vezes antes de uma denúncia, né? Nós fornecemos...

E aí eu quero, além disso, expressar o quê? Na parte de anúncios, além do *machine learning*, que detecta padrões de atividades suspeitas e promove a remoção proativa desse conteúdo, nós também... Esse sistema também é capacitado, também é atualizado com *hot*



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

topics, vamos colocar assim. Então, muito recentemente, quando tivemos algumas discussões ao redor... Por exemplo, o país estava mais dedicado a discutir questões, por exemplo, de Pix, né? Isso levanta um alerta nos nossos sistemas informatizados e o sistema fica muito mais atuante em conteúdos que englobem essas preocupações, tá? Então, todos os nossos anúncios passam por uma análise prévia antes de serem veiculados, uma análise prévia automatizada, tá? Como eu falei, as violações normalmente são removidas antes de eles serem denunciados.

Aí, além disso, nós temos a verificação de anunciantes, que foi a sua pergunta específica, né? Como que nós empreendemos esses esforços? No caso do Brasil, desde o final do ano passado, nós iniciamos já um *phase-in*, vamos colocar assim, a inclusão de que nossos anunciantes passem por essas verificações, né? Essas verificações são muito em linha com o que a indústria digital faz. Então, são diversos métodos que são selecionados a partir de uma análise interna de risco, de uma percepção interna de risco. Ela é baseada em risco e ela pode variar desde a verificação de sinais internos de como que aquele usuário se comporta nas nossas redes; então, se ele é objeto de diversas denúncias, quanto tempo ele tem a sua conta de anúncios ativa, se os anúncios são anúncios de alta qualidade ou de baixa qualidade, a depender do que os usuários reportam, né? Ele pula muito de uma conta de anúncio para outra? Então, são esses sinais que vão nos treinando a identificar se aquele anunciante é de alto risco ou não. E, obviamente, dentro de uma gradação, a gente vai, então, posicionando critérios e formas e mecanismos de verificação. E aí pode incluir SMS, *e-mail*, verificação de identidade, são diversos métodos, muito em linha, Senador, com o que a indústria digital faz, né?

E mais recentemente, por exemplo, como o senhor colocou e me perguntou também da dimensão de usuários, então, a gente entende também que a proteção das contas é um fator muito relevante para garantir a segurança *online*. Então, a gente também tem tido avanços bastante substantivos nessa dimensão da proteção das contas. Só no último mês, perdão, no último ano, a gente teve 30% menos de invasão de contas, né? E a gente também tem usado mecanismos de inteligência artificial e reconhecimento facial para garantir que os usuários idôneos, legítimos das suas contas possam recuperar a senha e possam recuperar as suas contas de forma mais ativa, né?

Então, de fato, quero voltar aqui a garantir para o senhor, para V. Exa., que a gente empreende uma miríade de ferramentas digitais dentro do produto, nos nossos sistemas e fora



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deles, para garantir um aumento da segurança coletiva que nós oferecemos aos nossos anunciantes e usuários dentro das plataformas da Meta.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Além da... Existe um problema no modelo de negócios que a senhora descreve, que é a transferência integral da responsabilidade para o usuário, a cada instante a senhora repete frases na linha do: depois que tem a denúncia, pela quantidade de denúncia, pelo volume de demanda que chega externamente para vocês. Só que, me corrija se eu estiver enganado...

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Hum-hum.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... o lucro da empresa nesse ponto específico decorre do volume de anúncios publicados e do valor que aquele anunciante emprega para dar alcance a esse anúncio. Acho que é isso que o modelo de negócio de vocês aponta, para esse segmento específico...

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Hum-hum.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... vocês têm lucro em tudo, mas desse ponto específico.

Em sendo assim, é evidente, no nosso regime jurídico brasileiro – vou me socorrer do Professor de Direito aqui, Fabiano Contarato –, que a empresa tem responsabilidade, além da transferência. Porque o marco civil da internet, do tempo romântico da internet mundial, caducou, ele é do tempo em que se imaginava uma internet neutra. Ela não é neutra. Se o golpista acessa, cria conta de anúncios, essa conta não tem verificação por parte da empresa se aquele golpista... Ele está falando, por exemplo, vou citar um nome, Casas Bahia. Hamilton Mourão, no computador de casa, abre um perfil "Casas Bahia", publica um anúncio "Casas Bahia", eventualmente alguém cai nesse golpe. A empresa, em nenhum momento, verifica se "Casas Bahia" é Hamilton Mourão? Ela não faz identificação do usuário daquela conta?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Senador, obrigada pelo seu comentário e me permita discordar do senhor.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos – eu acho que eu já falei isso, mas eu gostaria de reiterar –, a esmagadora maioria das violações que nós vemos nas nossas plataformas são removidas antes da denúncia, e isso implica o quê? Como que a gente chega nesse resultado? A gente tem equipes de investigadores que se valem de outros sinais. Então são sinais de risco, alguns a gente pode, a gente fala mais abertamente, outros são elementos de inteligência mesmo. Então, mas questões, por exemplo: de VPN, aquela conta usa VPN ou não usa, de onde está vindo aquela conta, a localização, qual é a origem do número, qual é o método de pagamento que está registrado na conta de anúncio? Isso tudo são sinais, o tempo da conta, como eu coloquei... Então, isso tudo são sinais que a nossa equipe de investigadores observa muito antes da denúncia. E, por meio das nossas colaborações com outras empresas do setor, a gente consegue ter informações muito qualificadas e sofisticadas que inclusive alimentam o nosso modelo de *machine learning* para remover esses conteúdos antes mesmo da denúncia.

Os dados de 2024, por exemplo, demonstram que os conteúdos violadores na Meta foram removidos na ordem de 90% antes de denúncias.

Então, veja, em que pese eu confirmar para o senhor que esse *feedback* que nós recebemos do usuário é extremamente valioso – porque, como eu disse, nós não temos como confirmar o que acontece depois, e por isso nós nos valem de uma colaboração, por exemplo, muito estreita com os nossos provedores de serviços de pagamentos, nós trabalhamos muito próximos a eles, inclusive também compartilhando inteligência –, em que pese a gente se valer muito desse *feedback* dos usuários, nós não ficamos só nisso.

Não existe.... Eu aqui discordo do senhor no sentido de que a Meta é muito proativa e muito vigilante antes mesmo de essa denúncia chegar até nós.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mas consegue fazer a identificação dos usuários?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Nós fazemos... nós empreendemos métodos de verificação de usuários, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Apenas por...

(Intervenção fora do microfone.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perdão, Relator. Eu não gosto muito de interferir. Por favor, desculpa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas eu só queria, assim, fazer uma... ressaltar um ponto aqui que eu acho de fundamental importância.

A plataforma Meta, com todo respeito, se você pegar o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor, especificamente o art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade que se impõe ali é objetiva. Ela não é subjetiva, ela independe de culpa. Então, o grande problema é que paga-se, com todo o respeito, paga-se pela probabilidade de quem vai acionar a Meta ou não.

Então, no universo em que você tem um prejuízo de cem pessoas que tiveram prejuízo, a Meta sai no lucro, com todo o respeito, quando apenas um entra na Justiça por entender que teve seu direito violado e que a Meta agiu... teve culpa na modalidade de responsabilidade objetiva e não subjetiva, pelo simples fato de ser aí aquela plataforma que deu a possibilidade de que fosse propagado e difundido. Então, acho que trabalhar com... Porque vamos ser pragmáticos aqui. Quem sai no lucro é, normalmente, a empresa, porque, se 1 milhão de usuários teriam direito a um ressarcimento e apenas dez vão à Justiça, ela ficou no lucro de quase 1 milhão de usuários.

Então, acho que a Meta deveria, sim, ter essa possibilidade de fazer, com todo o respeito, tá, Relator... Eu só estou tentando contribuir aqui, por entender que a responsabilidade não é simplesmente ali: ah, saiu do nosso campo, passou para outro campo e ali aconteceu... Só se reportar a nós é que nós vamos... E aí já foi retirado o conteúdo... Tá, mas o dano já foi feito. E quantas pessoas já sofreram danos e prejuízos ali?

Então, eu acho que a Meta poderia, sim, empreender mais esforços no sentido de poder fazer essa rastreabilidade e, inclusive, fazer essa reparação, independente de ação judicial.

É só essa consideração. Eu queria...



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – O senhor me permite um comentário, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Eu agradeço a sua fala. Eu acho que ela traz elementos que, muitas vezes, preocupam muitos de nós. Então, eu gostaria apenas de trazer alguns esclarecimentos com relação à sua fala especificamente.

Volto a reiterar: a Meta não depende somente do reporte da denúncia. A Meta empreende esforços proativos anteriores à denúncia e tem tido sucesso, como eu falei. Com a estatística de 2024, mais de 90% da nossa remoção de conteúdos violadores foram anteriores à primeira denúncia, tá?

E outra que eu gostaria de reiterar e que eu acho importante: a Meta adota técnicas robustas, proativas e em tempo real. Nossas revisões de conteúdo são 24 por 7, para detectar e bloquear campanhas fraudulentas, com resultados comprovados e reconhecidos por autoridades de segurança pública e pelo Poder Judiciário. Nós temos diversas decisões julgando improcedentes pedidos de condenação por omissão da empresa.

Então, acho que é importante a gente reiterar que a gente demonstra de forma muito clara para as autoridades e gostaria muito de ter essa capacidade de demonstrar para os senhores também aqui hoje o nosso compromisso e a efetividade de nossas ferramentas, em que pese o nosso total conhecimento... Aqui nós admitimos: estamos diante de um desafio enorme, que exige dedicação contínua, trabalho contínuo, mas de forma alguma há uma omissão da empresa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ainda voltando à matéria da *Reuters*, eles citam um programa pago de verificação, *verified for business*, alguma coisa assim. A senhora pode descrever como funciona isso?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Posso. Eu posso não ter todos os detalhes aqui, mas eu quero já me colocar à disposição: caso não seja suficiente, por favor, o senhor pode... eu posso conectar com meus colegas e com os times jurídicos, né? Mas o Meta Verified é um programa em que a gente oferece a possibilidade, principalmente para pequenos negócios



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que entendem o valor da segurança, pequenos negócios que querem voluntariamente oferecer isso para os seus clientes... Então, eles entram em um programa em que eles vão oferecer informações relativas à sua empresa, documentação etc., e eles vão, então, ter essa possibilidade de já constar como verificados, em uma presença mais próxima da empresa, né? Agora, isso em nada o qualifica com um regime diferente na dimensão do anunciante, está bom? O Meta Verified é um sistema de verificação de conta, ele não é um sistema de verificação de anunciante, tá? Então, a nossa estratégia de verificação de anunciantes, que está amplamente lastreada no nosso desejo de ampliar a integridade dos nossos anúncios, ele é oferecido pela empresa, exercido pela empresa como sua estratégia de negócios, tá? Agora, o produto Meta Verified é um serviço de verificação de contas, por quê? Muitos dos senhores têm as suas contas no Instagram verificadas, porque são figuras públicas, né? Grandes negócios, porque são negócios de conhecimento público, mas, no caso de pequenos negócios – estamos falando de negócios de bairro, negócios locais –, eles não teriam acesso a isso, porque são realmente negócios de baixo alcance, né? Mas eles querem oferecer uma conta verificada aos usuários, com um padrão de segurança que eles entendem que é maior, então eles contratam esse serviço junto à Meta. Mas, volto a reiterar, em nada interfere no processo de verificação de anunciantes que a Meta está empreendendo como parte dos seus esforços de integridade no país.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Deixando só... para ver se eu compreendi corretamente: o usuário da Meta que paga um valor específico vai ter um acesso a uma segurança mais reforçada da sua conta?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Não, não é questão de segurança, não, Senador. Ele vai voluntariamente dizer que ele é ele, vai entregar os documentos... Eu posso aqui até, não sei se... Depois eu posso até consultar o advogado...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – ... certinho para ele informar direitinho ao senhor, né? E ele vai, então, poder ter acesso a um *helpdesk* diferenciado, né? Mas aí a gente pode... eu posso depois explicar, pedir para os meus colegas me ajudarem nessa explicação, mas não é critério de segurança, está bom?



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mas mediante pagamento?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – É atenção...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É um produto vendido?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – É um produto...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É um produto vendido?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Atenção ao consumidor. Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Só de novo alinhando, o usuário que dispõe de recursos para pagar vai ter uma segurança maior no sentido de ser uma conta verdadeira, correto? De ele estar oferecendo...

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – A conta verdadeira independente do selo de verificação, Senador. As contas são verdadeiras, independente do selo de verificação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E qual é o mecanismo diferenciado de verificação da conta verdadeira que não pagou pelo produto da Meta?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Os nossos sistemas todos que eu falei para o senhor. A gente verifica que aquela conta é uma conta idônea pelos sinais que a gente recebe do nosso ecossistema.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Mas isso não induz o usuário a acreditar que, por ela ser verificada, a segurança e a credibilidade são maiores?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES (Para depor.) – Não saberia informar, Senador.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Se eu perguntasse a qualquer pessoa aqui dentro: se você vê uma conta verificada e uma conta não verificada, a qual que você vai atribuir maior credibilidade? À verificada ou à não verificada? Em qual que você vai ter mais segurança: na verificada ou na não verificada? Eu tenho quase certeza de que, se eu pedisse a quem está aqui na frente, acho que a maioria levantaria a mão falando que a conta verificada passaria a credibilidade, a honestidade, a integridade de que ela é uma conta passível de uma segurança maior. Eu acho que isso são fatos. Eu acho que esse fato, para mim, é incontestável, com todo o respeito. Desculpa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sra. Yana, vamos mudar um pouquinho só de foco aqui.

A empresa é gigantesca, e a gente compreende os desafios de uma empresa de escala global, uma coisa inédita no capitalismo, enfim, transnacional de uma forma e com acesso a um volume de dados inusitado.

Vamos falar um pouquinho do WhatsApp, da criptografia.

Nós sabemos que o desenvolvimento do sistema de criptografia ponta a ponta abriu espaço para uso maciço dessa comunicação por criminosos. E a gente volta novamente: a política do WhatsApp proíbe o uso por organizações criminosas, proíbe a facilitação de crimes, proíbe o comércio de armas, proíbe o comércio de drogas, mas, na prática, como funciona essa fiscalização?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Vamos lá, então, Senador. Obrigada pela sua pergunta.

De fato, eu acredito que o WhatsApp é a plataforma de mensageiria querida pelos brasileiros, mas também tenho convicção aqui de que ela é a mais segura e a mais colaborativa do Brasil.

Então, também quero trazer aqui para o senhor algumas reflexões em duas dimensões.

Na dimensão do produto, o WhatsApp tem investido, a Meta tem investido para aumentar as ferramentas de segurança no contexto do WhatsApp. Então, primeiro, estamos falando aqui



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de detecção em inteligência artificial de quando uma interação parece ser fraudulenta. Então, a gente envia alertas ao usuário falando: "Olha, tem certeza? Você conhece essa pessoa? Esse contato não está... Essa pessoa que está falando com você não está na sua lista de contatos. Tem certeza de que você quer falar com ela?". Então, além dessas... Por exemplo, temos também aprimoramentos de produto na dimensão dos grupos. Você é colocado em um grupo fora da sua vontade, você oferece uma série... a você é oferecida uma série de possibilidades para sair do grupo antes mesmo de ler a mensagem, denunciar o grupo, enfim.

Então, a gente tem essas novas ferramentas de segurança no contexto do WhatsApp, também canais muito facilitados de denúncia e também investigações por padrões de comportamento, porque sempre uma questão importante de a gente colocar, Senador, é que o fato de o WhatsApp ser criptografado não impede que a gente consiga acessar e ter capacidade de colaborar com autoridades públicas oferecendo dados de comportamento.

Então, como aquela conta se comportou? Embora a gente não consiga acessar o conteúdo da conversa, a gente consegue colaborar com autoridades públicas de forma muito efetiva, como temos feito ao longo dos últimos anos; milhares de pedidos de colaboração com autoridades públicas referentes ao WhatsApp, que a gente chama de metadados, mas esses dados de comportamento das contas foram fundamentais para garantir sucesso em investigações e em trabalhos das autoridades policiais ao redor do Brasil.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Objetivamente, o termo de uso de vocês, a política de uso proíbe o emprego da ferramenta por organizações criminosas. Como efetivamente se dá essa vedação? Porque, veja, novamente a gente vai para a transferência de responsabilidade à dependência de reportes ou atuações externas, mas é uma ferramenta de comunicação fornecida, no caso do WhatsApp Business, paga, e que é empregada para o crime. Então, como é que se verifica que aquilo ali é crime ou não? Porque eu criei uma vedação na minha política de uso, mas imagino que ela tem que ser verificável, ou é só uma peça publicitária. Então, só para entender como é que vocês conseguem fazer e se conseguem fazer a verificação do uso por organizações criminosas.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Senador, como a gente vem falando – e eu tenho certeza de que o senhor, na sua experiência, também consegue entender e perceber tudo



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso –, estamos lidando com organizações extremamente sofisticadas, né? Mas a Meta empreende esforços, de novo, de detecção para identificar que algumas... que as contas estão atuando e se comportando de forma idônea. Quando a gente, por exemplo, recebe sinais de que aquela conta tem indícios de um comportamento fraudulento, malicioso, nós atuamos com os nossos investigadores e temos, sim, equipe de investigadores proativos para verificar esses elementos, até em alguns casos de colaboração com autoridades públicas.

Eu tenho os meus colegas de cooperação com autoridades públicas aqui, não sei se já chegaram... Ah, perdão! Mas, enfim, se o senhor depois quiser fazer alguma pergunta específica a eles...

Nós conseguimos, então, com essas autoridades públicas, na cooperação com essas autoridades públicas, identificar, por exemplo, usos de disparos em massa; usos, por exemplo, de fotos de perfil, que não são criptografadas, de criminosos, então, as autoridades públicas puderam ali identificar que aquilo se tratava de um grupo associado ao crime organizado. Então, todos esses elementos que nós oferecemos e compartilhamos, e colaboramos com as autoridades públicas no combate ao crime organizado, têm-se mostrado eficientes dentro do contexto do desenho do produto. Então, mesmo com a criptografia, porque ali a criptografia garante privacidade, e privacidade e segurança são, de certa forma, faces da mesma moeda, então, mesmo com a criptografia, os elementos que a gente oferece de metadados e de comportamento, e os elementos que não estão criptografados – o nome do grupo, a foto do grupo, etc. – têm apoiado e garantido às autoridades públicas bastantes elementos para continuar com as suas investigações e elementos que eu entendo terem sido bastante decisivos nessas investigações.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mas, efetivamente, a empresa não dispõe de ferramentas para poder avaliar se é ou não utilizado. Depende da atuação das autoridades, depende de uma série de indicadores de comportamento de conta.

E, veja, comportamento de conta é um negócio curioso para quem não é da área – e eu não sou da área, eu sou delegado de polícia, mas, por essas coisas da vida, interajo com esse ambiente há algum tempo. Eu sou do tempo em que vocês não aceitavam nem ordem da



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça. Imagina... Elas diziam assim: "Só respondo à Justiça de Santa Mônica; à do Brasil, não". Depois de muita multa, de muitos problemas, a coisa avançou.

Mas é muito difícil para a gente compreender como é que a coisa vai funcionar, porque é um produto oferecido, ele é pago, ele tem um termo de uso, mas a empresa não dispõe de ferramentas efetivas para verificar o cumprimento ou não desse termo de uso, porque essa verificação importaria necessariamente no acompanhamento de alguma ordem do conteúdo das conversas, porque apenas a foto do grupo, convenhamos... Tudo isso é pós-ação da autoridade policial, do Ministério Público, ou de quem quer que seja, não é a empresa fazendo. Ou vocês têm um grupo de investigadores que fica verificando o perfil de foto para comparar com o banco de dados da polícia para saber se aquilo ali é bandido ou não? Acho que não têm, não faria sentido economicamente. Mas faz sentido, até porque o produto de vocês é dado, entender qual é o volume de acesso ou qual é o nível de acesso que vocês têm para poder realmente identificar se aquilo ali, por exemplo, é uma rede de exploração sexual infantojuvenil, que vai ser o nosso próximo tópico de discussão, uma rede de tráfico humano.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Hum-hum.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Como é que vocês têm ou se vocês não têm... Vocês simplesmente criaram um produto, vendem um produto, lucram com um produto que serve como barreira de segurança contra autoridades policiais, contra a ação da Justiça. Há esse desenho para entender, porque eu acho que tem um problema no desenho mesmo, mas eu gostaria de compreender, porque, ao contrário de outros países, a nossa Constituição não permite o anonimato absoluto, não é uma regra constitucional brasileira.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, é entender esse desenho de vocês, só para confirmar se é isso mesmo, porque uma das funções desta Comissão é compreender até que ponto nós precisamos fazer legislação que faça a adequação da atuação da empresa, porque a empresa é transnacional, ela é multibilionária – maravilha! –, mas ela tem que se sujeitar às regras do país, e este é um país que não admite anonimato total.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, essa compreensão está alinhada com a senhora?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Senador, obrigada.

Eu queria fazer dois comentários importantes aqui e também gostaria de pedir permissão de consultar o advogado, se possível, tá bom?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Obrigada.

Antes de eu consultá-lo, eu só queria garantir ao senhor, primeiro, que a Meta cumpre com a legislação local em absoluto. Então, não existe um flanco em que a empresa não esteja cumprindo a legislação local.

A segunda questão que eu gostaria de colocar para o senhor: não existe anonimato nas redes. Nós fazemos a retenção de dados cadastrais, de IP *logs*, conforme determinado pelo marco civil da internet, e tratamos do uso desses dados também em concordância e em alinhamento com a legislação aplicável, seja o marco civil, seja a LGPD, e, diariamente, como eu coloquei para o senhor, diariamente, a gente cumpre e colabora com autoridades policiais e públicas no fornecimento desses dados. Inclusive, temos um sistema 24/7 para receber, tratar e responder a pedidos de colaboração, pedidos de fornecimento de dados, de bloqueio de conteúdo, com, inclusive, um *fast track* no caso de, por exemplo, risco iminente à vida. Então, assim, temos tido uma colaboração, Senador, exaustiva com autoridades policiais e de segurança e temos recebido boas menções da Senasp, do Ministério Público e de outros órgãos, de que a colaboração com a Meta é eficiente, diligente e necessária para a continuidade dessas investigações.

Então, eu queria só rebater esse ponto que o senhor faz, de que nós não estamos nos omitindo, e o produto, até o momento, não é uma barreira para que essa colaboração, de fato, aconteça. Pelo retorno que nós temos recebido das autoridades e pelo resultado das investigações, nós temos tido indícios e confirmações de que essa colaboração tem sido



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficiente, necessária para os fins das autoridades públicas, enfim, no seu enfrentamento, no enfrentamento da sociedade ao crime organizado.

Então, eu gostaria só de fazer esse comentário e pedir permissão para consultá-lo.
(Pausa.) Obrigada.

Obrigada, Senadores.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A senhora quer fazer algum complemento?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Não, só o nosso advogado me lembrou aqui que o debate sobre criptografia foi um debate bastante exaustivo no Judiciário brasileiro ao longo dos últimos anos, com decisões bastante coincidentes no sentido da preservação e do interesse com relação a um produto desenhado com criptografia.

Então, isso foi só o comentário que ele deu.

Obrigada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Após interferência do advogado, reafirmamos a questão de que não há, de fato, por parte da empresa, nenhum tipo de ferramenta que permita ter discernimento com relação ao conteúdo que a empresa permite que transite no seu produto.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Não, vamos lá. Com licença, Senador.

Nós temos algumas ferramentas que foram desenvolvidas pela empresa para ampliar, para amplificar segurança nas conversas do WhatsApp.

Então, por exemplo, quando o senhor está numa interação em que o senhor está entendendo que aquilo dali é uma interação suspeita e o senhor faz uma denúncia, o senhor manda a mensagem para a Meta. Então, o senhor mandou a mensagem para a Meta, e a Meta tem acesso a essa mensagem. Não é que a gente quebrou a criptografia, mas o senhor, voluntariamente, ao denunciar aquela conversa, está me fornecendo aquele elemento para facilitar as investigações e a ação que nós vamos ter com relação ao bloqueio daquela conta, ao



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envio de alertas. Isso é uma situação perigosa, e eu tenho certeza de que o senhor quer continuar falando com isso, então. Então, nós temos essa dimensão.

Nós temos também dimensões em que nós, por exemplo, atuamos muito proativamente, por exemplo, no que diz respeito à nudez infantil. Então, nós temos ações proativas em toda a família de aplicativos com relação à pedofilia e nudez infantil. Então, temos algumas áreas e algumas ferramentas que têm esse objetivo de fortalecer a proposta de valor do produto criptografado, ao mesmo tempo que fortalece soluções de integridade e segurança para os nossos usuários.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, especificamente com relação à hipótese de nudez infantil, e eventualmente alguma outra, vocês conseguem verificar se está transitando naquele grupo de conversas esse tipo de conteúdo?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Com licença, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.
(Pausa.)

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Perdão, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Só confirmando aqui que também trabalhamos com esse *enforcement* proativo, muito baseado nos elementos não criptografados, fotos de perfil, descrição de grupos, etc., e, a partir desses elementos, milhares de contas são banidas todos os anos com base nisso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A senhora percebe que essa resposta é incompatível com a anterior?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Por quê?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Porque, na resposta anterior, a senhora disse que a empresa tem toda uma política de cautela, inclusive nos produtos, em toda a família de aplicativos...



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... uma preocupação específica com pedofilia e imagem de nudez infantil.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Com *enforcement*...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Após a consulta com o advogado, a senhora faz um ajuste para dizer que, no caso do produto WhatsApp, este se limita às fotos de perfil, comportamento da conta e outras variáveis subjetivas.

Eu não tenho, assim... Eu tenho... Eu completei agora 25 anos como delegado de polícia, não aposentei ainda, e Fabiano, que tem mais tempo que eu, já aposentou. Eu não consigo lembrar, Fabiano, se você alguma vez viu uma conta de explorador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É, não tinha internet.

Mas, enfim, eu não me recordo de uma investigação onde o criminoso explorador sexual infantojuvenil tinha uma foto de perfil de uma menina nua. Eu estou tentando lembrar aqui, mas não lembro, acho que não existe.

Então, vou tentar retomar, porque esse é um ponto muito sensível para o que a gente tem como passos futuros, que é ajuste de legislação. A empresa tem... O produto como está desenhado hoje, a empresa tem ou não tem real capacidade de detectar e impedir a transferência de, por exemplo, imagens de abuso sexual infantojuvenil?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Senador, especificamente sobre essa pergunta, eu não sei explicar para o senhor se as nossas ferramentas de detecção proativa, a partir de metadados, etc., são suficientes para impedir a transferência de fotos, como o senhor falou especificamente, mas quero colocar aqui o time da Meta à disposição desta Comissão, caso essas perguntas específicas... Fogem um pouquinho da minha área aqui, de políticas econômicas; então, eu quero colocar aqui a gente à disposição para receber perguntas mais específicas nessa preocupação do senhor, para a gente poder responder tempestivamente.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpe-me, pelo que eu entendi o advogado teria dito à senhora que apenas pela análise de perfil ou de conteúdo é que teria essa possibilidade?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Não, o nosso trabalho de detecção proativa se alimenta desses dados...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desse perfil?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Dos dados não criptografados, foi isso que a gente colocou.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Mas, se precisar – viu, Senador? – de dados adicionais, eu quero colocar a empresa à disposição, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Vamos precisar, porque é uma empresa que tem um papel fundamental hoje em dia na sociedade global, de uma forma inédita na história da humanidade.

Vamos persistir na área de redes de pedofilia e exploração sexual.

Em 2020, de acordo com um relatório da organização sem fins lucrativos Human Trafficking Institute, o Facebook foi a plataforma mais utilizada por traficantes sexuais para aliciar e recrutar crianças: 65% dos casos de aliciamento e recrutamento de crianças se deram através da plataforma de vocês. E diz isso com base na análise de 105 casos federais de tráfico sexual infantil naquele ano, 2020. Essa análise classificou o Instagram como a segunda rede mais prevalente. Então, Facebook é a primeira, e Instagram é a segunda.

Em 2023, a Universidade de Stanford divulgou um relatório demonstrando que o Instagram seria a plataforma principal usada por redes de pedófilos para promover e vender conteúdo que retrata abuso sexual infantil. Segundo esse relatório, os algoritmos de recomendação de conteúdo ajudavam a conectar compradores e vendedores.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano passado, o influenciador brasileiro Felca demonstrou para milhões de pessoas o quanto é rápido fazer com que conteúdo infantil seja sugerido pelo Instagram e o quanto é fácil identificar quais são os comentários de abusadores e pedófilos nas postagens.

Em 2023, revelação recente, por conta de um processo que foi ajuizado lá nos Estados Unidos pelo estado do Novo México, demonstra a preocupação de funcionários da Meta com relação a cerca de 7,5 milhões de denúncias anuais de material de abuso sexual infantil que deixariam de ser divulgadas após a decisão de implementar criptografia ponta a ponta também no Messenger e também no Face. A senhora acompanha esses dados? A senhora tem noção desses dados?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Senador, obrigada pelo seu comentário.

Eu não lido diretamente dentro da empresa com os temas de segurança de jovens... crianças, jovens e adolescentes nas nossas redes, mas eu entendo, sim, que esse é um tema de preocupação de todos nós. E, inclusive, gostaria de reiterar que a Meta já tem há alguns anos, né... Entendo que parte desses dados que o senhor traz...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – ... são anteriores, sim, a essa discussão mais recente, mas, mais recentemente, a Meta se esforçou, vamos colocar assim, empreendeu esforços para liderar a indústria de plataformas digitais na oferta de contas para adolescentes e ferramentas de controle parental bastante sofisticadas, que entendemos que é referência na indústria com relação a isso, e o interesse primordial da empresa nesta seara é oferecer experiências, como a gente diz em inglês *age appropriate*, experiências apropriadas para cada faixa etária, mas aqui quero reiterar a minha não *expertise* nesse assunto, está bom?

Então também me coloco à disposição para facilitar...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só queria saber se a Meta tem um setor ou uma pessoa responsável especificamente para esse tema, porque os dados são estarrecedores se você pegar o percentual de pornografia infantil, abuso sexual no Facebook ou Instagram. A empresa tem alguém específico que trata desse



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema, porque, se for o caso, Relator, a gente poderia convidar essa pessoa para que venha até aqui na Comissão para prestar esclarecimentos.

É só isso.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Obrigada, Senador.

O tema de crianças e adolescentes dentro da Meta é um tema de altíssima prioridade e conta com diversos times dedicados na área de produto, na área de *compliance*, na área de jurídico, política pública, operações. Então realmente nós temos times específicos que lidam sobre esse tema de forma dedicada. Então, o tema de crianças e adolescentes é um tema apartado, vamos colocar assim, mas que se vale da estrutura multidisciplinar da empresa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Já caminhando para o fim, Presidente, Vice-Presidente Hamilton Mourão, e cumprimentando os colegas Senadores, deixar aqui claro e registrado, para confirmar se é isso que nós estamos entendendo: o mecanismo de criptografia que já era disponibilizado no WhatsApp há alguns anos agora atende também outros produtos da família de aplicativos de vocês? Qual o alcance dessa criptografia naquilo que a senhora puder descrever?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Perdão, Senador, o senhor já tinha falado sobre isso, e eu não respondi. Não entendo – tá? –, no meu entendimento, no meu conhecimento, não entendo que estejamos expandindo criptografia para outras ferramentas, tá? Mas coloco aqui... Eu não sei... Peço licença...

Temos alguma informação específica?

Eu não tenho... E gostaria de colocar para o Senador que eu não tenho informação sobre expansão de questões de criptografia para além dos produtos que temos hoje.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mas vocês já usam a criptografia ponta a ponta no Messenger e no Face, é isso?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Messenger não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não?



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Não, Senador. Não é do meu conhecimento o Messenger usar a criptografia de ponta a ponta.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Está bom?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Estou satisfeito, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu agradeço a compreensão do Relator e peço perdão pelas minhas interferências, porque eu não costumo fazer isso, mas foi só no intuito de complementar.

E eu só queria voltar na resposta anterior à minha pergunta, quando a senhora fala que tem um time, né? De uma forma interdisciplinar. Não sei... Pela experiência que eu tenho tido, às vezes, quando todo mundo é prioridade, ninguém é prioridade. Então, quando você puxa aí uma responsabilidade... Eu acho que, se nesse time tiver uma pessoa que teria a competência de responder a essas indagações, isso seria de fundamental importância, porque eu me lembro de quando, por exemplo, eu fui delegado de trânsito e, no Código de Trânsito, existe um artigo que falava assim: "A educação para o trânsito será promovida nas escolas de ensino fundamental médio e superior". Aí eu cobrava do secretário de educação, e ele falava: "Não, todo mundo trabalha nesse tema de forma interdisciplinar", ou seja, ninguém trabalhava no tema, ninguém efetivamente cumpria.

Então, eu acho que esse tema, com esses dados do Facebook, de pornografia infantil, abuso sexual, estarrecedores – eu volto a usar esse adjetivo –, e você tem um time na Meta que tem todo esse engajamento, eu acho que vai ser de fundamental importância termos uma pessoa que tenha... Com todo o respeito, não estou falando que a senhora não tenha, pelo amor de Deus, desculpa. Eu estou falando que tenha, assim, a legitimidade, talvez...

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES (*Fora do microfone.*) – A especialização.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... a especialização de chegar e responder a essas perguntas do Relator.

Eu transfiro a palavra ao Vice-Presidente, meu querido Senador Hamilton Mourão, a quem... Desde já, eu falo que eu tenho uma reunião daqui um pouco e ele vai assumir a Presidência.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Positivo, Presidente. Agradeço.

Agradeço aí à Sra. Yana pelas informações que está prestando. O Relator praticamente esgotou... Aliás, ficou uma pergunta aqui que é um assunto em que eu gostaria de avançar um pouco aqui com a senhora.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES (Para depor.) – Por favor.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A Meta é uma empresa multinacional, com políticas globais de moderação e governança, no entanto o Brasil é um Estado soberano, com legislação própria e desafios específicos no enfrentamento ao crime organizado. Em casos de conflito entre diretrizes globais da empresa e demandas legítimas das autoridades brasileiras, qual é a que prevalece: a soberania brasileira ou as regras internas da corporação?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Obrigada, Senador.

Eu gostaria de reiterar ao senhor que a Meta é uma empresa que cumpre legislação local, está certo? A Meta cumpre legislação local, todas elas. Temos aí muito orgulho, inclusive, de ser uma empresa que contribui não apenas para o desenvolvimento do país, mas ser uma empresa brasileira. O Facebook Brasil é uma empresa brasileira e cumpre absolutamente a legislação local, o.k.?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado.

Presidente, estou satisfeito.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só queria fazer aqui uma complementação.

Como que funciona o compartilhamento de informações com quebra de sigilo? A criptografia pode ser flexibilizada em casos de crimes cometidos?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Senador, eu posso pedir aqui uma assessoria ao advogado?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Criptografia não é minha área de *expertise*.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu queria falar assim: imagine que um juiz defira a quebra de sigilo de uma organização criminosa, a polícia tem meio de acesso ao WhatsApp? A polícia tem um meio de acesso ao WhatsApp?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – O advogado aqui me fala que não existe forma de quebra da criptografia.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Ela é inquebrável.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Inquebrável.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Senador, o senhor me permite palavras finais?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, eu ainda tenho Senadores que vão falar, está bom?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Não existe criptografia inquebrável. (*Risos.*)



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu concedo a palavra ao Senador Sergio Moro por... *(Pausa.)* Desculpe. Transferiu?

Senador, então, Eduardo Girão, por dez minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Fabiano Contarato, Senador Alessandro Vieira, Vice-Presidente Senador Hamilton Mourão, é muito bom estar voltando aqui às sessões desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Cumprimento-o, Presidente, pelo senhor ter tido a coragem de colocar em pauta, na manhã, um dia muito esperado pelo Brasil, alguns requerimentos tanto do Senador Alessandro Vieira, meus, de outros colegas também. Então, o senhor... Então, é muito importante essa independência que nós teremos amanhã para dar uma resposta à sociedade. Então, essa CPI... Eu acredito que nada acontece por acaso na vida, tudo tem uma razão de ser. É aquela história, nós tentamos ir por um caminho de alguns crimes organizados que estão acontecendo no Brasil, o Senador Alessandro, desde que chegou aqui, sempre foi muito comprometido, o senhor também, e a gente está vendo bloqueios aqui no Senado Federal para chegarmos a algumas informações.

Então, essa CPI do crime, de forma sem fugir do escopo, de uma forma muito inteligente, ela, quem sabe, pode cumprir esse papel. Eu tenho um pedido a fazer ao senhor, claro, mas farei amanhã, vou tentar até antes, para ver se dá para incluir outros requerimentos que não foram abordados na pauta, também dentro desse sentido da busca da transparência e da verdade.

Mas nós estamos aqui hoje... Eu quero cumprimentar a Dra. Yana Sobral Alves – inclusive, Sobral, o seu sobrenome, no Ceará tem uma cidade muito importante nossa. Quero dizer que há algum tempo a gente aguarda a Meta aqui, não é apenas nessa CPI do Crime Organizado. Eu já tive a oportunidade de convidar a Meta para vir à Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, para vir à Comissão de Segurança Pública, a Meta infelizmente não veio, não deu satisfação, sobre um tema que é muito recorrente aqui no Brasil, que é a moderação de conteúdo político, censura. O próprio Presidente da instituição, em nível global, o Zuckerberg, chegou a revelar, alguns meses atrás, que, na moderação política, pediu desculpa por um viés ideológico que estava ali dentro do escopo da empresa Meta. Depois a gente viu aqui no Brasil



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma série de situações também deixando a população preocupada, com relação a – vamos dizer assim – aquelas entidades que eu queria entender bem se eram contratadas pela Meta, se tinha algum acordo, que elas diziam o que era verdade – agência de checagem – e o que era mentira. Queria saber um pouco disso, eu vou entrar nesse questionamento. Há muito tempo eu gostaria de ter ouvido a Meta aqui.

Mas eu queria começar com relação a um crime organizado que nós estamos tendo no Brasil, fortemente, que é essa questão de apostas esportivas, especialmente as ilegais. E nunca se lavou – e o Senador Alessandro Vieira é uma referência aqui nisso – tanto dinheiro do crime com *bets*. Não falo nem do endividamento do brasileiro, que é gigantesco, mas a gente está vendo aí um problema grave com relação a lucros de facções criminosas que estão se utilizando disso, de apostas, para ganhar muito dinheiro, lavar muito dinheiro. Isso aí foram os grandes veículos do Brasil que mostraram isso, mostrando que nunca se lucrou tanto.

Então, eu quero perguntar: nos últimos 24 meses – vamos fazer esse recorte aqui –, quantas contas de anunciantes e influenciadores foram removidas, suspensas ou sancionadas no Brasil por promover produtos proibidos ou apostas ilegais? E quais são os mecanismos de verificação, *compliance* e eventual comunicação às autoridades brasileiras nesse caso?

Eu gostaria, nesse aspecto... A primeira pergunta que eu faço sobre essa questão de apostas e dentro do tema, Dra. Yana: quais critérios e procedimentos a Meta utiliza para verificar a legalidade das plataformas de apostas promovidas por influenciadores no Facebook, no Instagram e quais medidas são adotadas quando se identifica a promoção de operadores irregulares ou não autorizados no Brasil?

Queria entender como é esse mercado bilionário – e vocês se relacionam com esse mercado bilionário – que tem causado muito sofrimento aos brasileiros, não é pouco, inclusive suicídio em massa. Nós estamos vendo crianças que adentraram e estão aí no vício, e seus pais pagando a conta, como o Senador Hamilton Mourão falou aqui, como avô.

Eu gostaria desse caso de apostas, eu tenho outras perguntas, mas eu queria voltar para essa questão de *bets*, por favor.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES (Para depor.) – Perfeito, Senador, muito obrigada pela sua pergunta.

Me permita aqui, então, esclarecer como que a Meta trata dos seus anunciantes nesse setor. Então, a gente tem a satisfação de ter uma colaboração muito próxima com a autoridade reguladora de apostas esportivas no Brasil, e a Meta verifica, por força da legislação e da regulação local, a Meta verifica se os anunciantes de *bets* são regularizados pela autoridade competente, então essa é a regra de prática para anúncios de *bets* nas nossas plataformas. Então, existe uma checagem anterior, proativa, com base nas empresas que são reguladas e autorizadas a funcionar, por força da regulação local.

Em adição a esse cuidado, nós temos um canal específico com a Secretaria de Apostas Esportivas em que, caso tenha algum conteúdo que tenha fugido das nossas verificações e que a gente não conseguiu detectar anteriormente, eles também nos apoiam na identificação desses conteúdos, que são imediatamente removidos, tá bom?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, quando tem alguma casa dessa ilegal, vamos dizer assim...

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – ... não autorizada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... não autorizada, imediatamente vocês banem essa... há um banimento dessa divulgação, mesmo que não esteja comprando espaço de vocês? Eu queria só entender como é que é o fluxo disso.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Não. Empresas de *bets* não autorizadas a funcionar no Brasil não conseguem anunciar nas nossas plataformas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas trafegam sem anúncio? Podem trafegar?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – O senhor fala de ter um perfil?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim, de ter perfil, é isso aí.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Eu entendo que ela pode ter um perfil, mesmo porque ela pode estar em processo de aprovação, ela pode estar se instituindo e pedindo a licença para funcionar. Então, eu teria... a gente teria que verificar, caso a caso, essa situação.

Mas a regra é: empresas de *bets* não autorizadas não podem anunciar nas nossas plataformas, e entendo que a legislação, que a regulação é específica com relação a anúncios.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Hum-hum.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Poderia até checar direitinho com os advogados, mas o meu entendimento é que a regulação fala proibição de anúncios, e a gente cumpre integralmente essa regulação.

E, por meio de canais específicos com as secretarias, a gente faz então esse aprimoramento das nossas políticas de *enforcement*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Certo, eu sou usuário do Instagram, do Facebook, acho que todos os colegas aqui usam – ferramenta importante. Eu, assim, fico impressionado com a quantidade de visualizações que a gente vê passando ali para a gente de Tigrinho, coisas desse tipo, me assusta. Como usuário, aquilo é uma *overdose* que eu percebo e recebo com relação a isso, fico até um pouco preocupado com o que pode vir. Mas vamos ficar atentos para ver como é que está esse *compliance*.

Eu queria voltar aqui no seguinte, sobre essa questão aí de moderação de conteúdo.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A Meta mantém – pergunta que eu lhe faço –, mantém ou manteve no Brasil qualquer contrato, convênio, acordo de cooperação técnica ou parceria institucional com o Supremo Tribunal Federal ou qualquer órgão do Poder Judiciário, principalmente o TSE...

(*Soa a campanha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... (Tribunal Superior Eleitoral) ou Executivo relacionado ao combate de desinformação, moderação de conteúdo ou



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monitoramento de usuários? Em caso afirmativo, eu gostaria de lhe pedir, Dra. Yana, que a senhora pudesse informar o objeto, os valores envolvidos nisso, se existe qualquer mecanismo formal ou informal que essas instituições, seus membros ou órgãos vinculados tenham solicitado, recomendado ou influenciado a remoção, restrição, redução de alcance ou monitoramento de conteúdo ou perfis de usuários brasileiros. Existe uma reclamação muito grande de pessoas que, por sua posição política, teriam sido removidas das suas plataformas pela sua opinião política.

Então, em caso afirmativo, quantos casos ocorreram, quantos e qual foi o procedimento adotado por vocês?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Senador, obrigada pela sua pergunta. Quero dizer que a Meta se orgulha de trabalhar próximo às autoridades brasileiras, incluindo, como o senhor falou, no caso do TSE, muito recentemente as audiências públicas para aprimoramento da legislação eleitoral para o pleito deste ano. Nós participamos das audiências públicas e temos esse engajamento como um norte para nós, mas, especificamente sobre as suas perguntas de convênios, valores, objeto, eu não tenho essa informação, foge um pouco aqui da minha área de *expertise* e do escopo dessa conversa de hoje, mas quero me colocar à disposição do senhor para eventualmente receber dentro da nossa empresa essa solicitação e poder respondê-lo tempestivamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k. Então, eu vou encaminhar ao Presidente da Comissão e vou sugerir requerimento nesse sentido, porque eu acho muito importante que a transparência fique clara para o brasileiro, que está assustado com relação à censura no Brasil.

Outra pergunta, Sr. Presidente... Eu estou já no meu tempo, não sei se o Relator gostaria de... Só para...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu vou retomar um outro assunto antes de passar para o Senador Moro...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... por conta de informações aqui, mas fique à vontade na medida do nosso Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu lhe concedo mais dois minutos, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, eu vou fazer duas perguntas diretas aqui, e aí a Dra. Yana já responde às duas, se possível.

A Meta mantém ou manteve, direta ou indiretamente, parceria, financiamento, cooperação técnica ou participação em projetos no Brasil envolvendo a USaid, ou entidades por ela financiadas relacionadas ao combate à desinformação, moderação de conteúdo ou integridade informacional? Em caso afirmativo, informar os termos da parceria, valores envolvidos, objetivos e se tais iniciativas influenciaram políticas de moderação aplicadas a usuários brasileiros.

Eu vou fazer a outra pergunta, já pelo tempo colocado, já deixando claro que também vou fazer esse requerimento, Presidente, caso não seja possível revelar aqui esses contratos com essas autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo.

Prossiga, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E, por último: quais são os mecanismos técnicos e operacionais adotados pela Meta para impedir a veiculação e monetização de conteúdos e anúncios que promovam produtos proibidos no Brasil, como cigarros eletrônicos, por exemplo, uma arma química contra os jovens, que é proibida aqui no Brasil? E quais medidas são aplicadas aos anunciantes e influenciadores que violam essas regras? É um assunto que eu sei que o Moro também tem muita precaução com relação a essa coisa do cigarro, do vício em relação a isso, especialmente a Deputada Rosangela Moro.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Obrigada, Senador.

Com relação à sua primeira pergunta, eu também vou me colocar à disposição para receber eventualmente questionamentos por escrito e redirecioná-los às nossas equipes.

Com relação ao que o senhor perguntou sobre contratos, enfim, novamente fugiu um pouco aqui do meu escopo.

Com relação especificamente à sua pergunta sobre venda e promoção de produtos regulados, novamente a Meta trabalha com várias camadas de atuação para garantir o que a gente chama de *enforcement*, ou para fazer valer a nossa política de produtos que sejam regulados dentro da nossa plataforma. E aqui também a gente se vale de uma extensa colaboração com órgãos reguladores, no sentido de conseguir fechar o cerco a esses conteúdos dentro das nossas plataformas.

E, como o senhor perguntou... O que acontece com esses violadores? A Meta trabalha também com diversas ações, a depender da forma da violação, do tipo de violação, mas que vão desde o banimento dessa pessoa nas nossas plataformas – essa pessoa fica banida, aquela conta fica banida –, ou, quando nós não estamos totalmente seguros de que conteúdo, se aquele conteúdo é de fato violador, a gente começa então reduzindo o alcance daquela publicação até a gente conseguir garantir uma certeza maior sobre se aquele anúncio, se aquele conteúdo é de fato violador ou não, até que a gente possa proceder com uma ação mais específica e mais definitiva.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só uma dúvida, Dra. Yana, na sua área, a senhora é Diretora de políticas econômicas...

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Temas econômicos. Isso. Trabalho com sistemas comerciais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A senhora, com relação a essas perguntas que eu lhe fiz sobre contratos com o TSE, com o STF, USaid, não é do seu conhecimento, não é da sua área, ou a senhora não sabe informar?



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Não, os dois: nem é do meu conhecimento, nem é da minha área.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, tá bom.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, para antecipar, Senadores Moro, Mourão e Girão, ele vai reiterar a convocação do Diretor-Geral da Meta. A Dra. Yana, efetivamente, não dispõe de todas as respostas de que nós precisamos.

Mas um ponto específico – e eu pedi para voltar à palavra por isso – é que esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Ainda que, por delicadeza, o nosso Presidente Fabiano Contarato não tenha acolhido o compromisso de dizer a verdade, esse compromisso é presente na Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu questionei a senhora com relação à criptografia no Facebook, no Messenger, e a senhora me disse que...

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES (Para depor. *Fora do microfone.*) – Não tinha conhecimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... não tem conhecimento e que não existiria. Na verdade, a frase foi: "No Messenger, não tem".

Abrindo aqui a aba da própria Meta, no centro de privacidade, sim, tem, tem Instagram, Messenger, Facebook, e a matéria de hoje da *Reuters* retoma esse tema, trazendo documentos internos desde 2019, desse processo lá do Novo México, onde claramente os profissionais sérios dentro da Meta alertam a empresa de que a criptografia ia favorecer criminosos, ia favorecer pedófilos, ia favorecer abusos, ia dificultar o trabalho da Justiça, e mesmo assim a empresa implementou a ferramenta.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é só para dar a oportunidade à senhora de revisar a sua resposta, porque, numa análise muito rasteira, é razoável dizer que a senhora não respondeu o conteúdo verdadeiro com relação a sua empresa. Vamos colocar isso na conta de a senhora não ser a pessoa certa para dar essas respostas e vamos convocar o Diretor-Geral para que dê essas respostas, mas o fato é que, ao que tudo indica, a Meta deliberadamente vem dificultando a atuação das autoridades, porque, ao encriptar conteúdo indevidamente, inadvertidamente, mesmo sabendo, mesmo com relatos internos de que essa criptografia vai favorecer o crime, assim o fez.

E a resposta do porquê, Girão, é muito simples: isso reduz o risco de indenizações, porque a Justiça não tem acesso... A vítima que tem que ter... Vou dar o exemplo da pedofilia: a criança vai ter que entrar na aba, gravar a mensagem e encaminhar para a Meta, dizendo: "Meta, olha, tem um pedófilo me assediando". Aí a Meta vai se responsabilizar por fazer alguma coisa. Isso é uma coisa que, infelizmente, consolida uma percepção de atuação empresarial.

Isso tem um dano de imagem reputacional terrível. Eu imagino que, em algum lugar da empresa, se discuta isto: "Olha, vamos ganhar dinheiro com anunciante bandido, vamos ganhar dinheiro dando espaço para perfil de abusador sexual, mas vamos perder dinheiro de imagem". Por que aqui não tem problema, Girão? É monopolista, é um megamonopólio de comunicação, e, de fato, a gente vai ter que chegar a algum ponto de regulamentação aqui, via lei, e a gente tem divergências pontuais com relação a ajustes, a conteúdos, mas o fato é que nós temos um problema gravíssimo nesse avanço digital na sociedade, que hoje, enfim, gera esse tipo de deformação.

Então, registro: a empresa informou, ao pedir a substituição do diretor-geral por V. Sa., que a senhora teria condições de atender perfeitamente. Novamente, em benefício desse princípio de boa-fé, que é tão bom nas relações, vamos entender que foi um erro de avaliação e vamos convocar, reiterar a convocação do diretor-geral com a anuência evidentemente do nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem.

Dr. Sergio Moro, com a palavra.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, antes de fazer aqui as indagações, temos a sessão de amanhã, com vários requerimentos importantes, mas saiu até notícia na imprensa do ingresso de vários requerimentos com conteúdos, alguns deles, vários, não parecem ter muita pertinência ali ao objeto desta Comissão. Inclusive, reportando aqui a matéria que saiu na própria CNN, há referência de uma tentativa do Planalto de blindar Ministro do Supremo e minar a oposição na CPI do Crime.

Eu sei que isso vai ser objeto de profunda discussão amanhã, mas, aproveitando até o ambiente mais sereno, registro aqui a minha preocupação de que nós não percamos o objeto desta CPI, que é o crime organizado. Eu acho legítimo investigar o Banco Master aqui, nesta CPI, e vinculações do Banco Master que tangenciam essa questão do crime organizado, mas me preocupa essa iniciativa de, por exemplo, requerer a convocação de Paulo Guedes, que não parece ter nenhuma pertinência, requerer a convocação de Tarcísio de Freitas, que é Governador da oposição. Não tenho nenhuma objeção, por exemplo, em requerer a convocação do Governador Ibaneis, que realmente tem pertinência em relação à temática do Banco Master.

Fica aqui o meu registro. Amanhã estarei aqui, pronto para votar esses requerimentos, mas me preocupa essa estratégia, que a imprensa já interpreta no sentido de buscar, vamos dizer assim, bagunçar as apurações desta Comissão.

Em relação à Meta, cumprimento aqui a diretora e também reitero a necessidade de que nós tivéssemos também presentes diretores de outras especialidades, para poder responder algumas questões técnicas. E aqui não há uma censura evidentemente à diretora, mas, sim, essa observação necessária.

Nós sabemos que esses instrumentos de criptografia que são disponibilizados pela Meta e também por outras plataformas têm um papel importante hoje, na vida das pessoas, para resguardar a privacidade. E a gente tem um Estado cada vez mais onipresente e vigilante e, muitas vezes, até buscando censura em relação à atuação dos cidadãos, que se protegem, muitas vezes, por esses mecanismos de criptografia, mas, ao lado da utilização legítima desses instrumentos para preservação da privacidade, nós temos o mau uso por criminosos para a



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prática dos mais variados delitos e, inclusive, o crime organizado é um desses clientes específicos.

Até mesmo dispositivos de mensageria que caíram no gosto comum aqui da população brasileira, como o WhatsApp, muitas vezes acabam sendo utilizados como um subterfúgio para criminosos praticarem tráfico de drogas, tráfico de órgãos, práticas de crime organizado.

A indagação que eu faria aí à senhora é: a Meta tem alguma política ativa para a prevenção da utilização desses mecanismos de mensageria de criptografia por criminosos?

A segunda indagação... E isso foi objeto de uma espécie até de confissão do Mark Zuckerberg, aparentemente, perante o Congresso norte-americano, de um entendimento de que havia uma influência da Meta na disseminação de determinados conteúdos, uma espécie de moderação, mas que estaria atingindo, lá nos Estados Unidos, conteúdo político. Essa política, segundo foi, ao que me parece, declarado pelo CEO da Meta, teria sido suprimida. E aí eu aproveito para indagar: isso foi absolutamente eliminado, inclusive aqui no Brasil – alguma espécie de influência de algoritmos ou da própria Meta na disseminação de conteúdos políticos, conteúdos eminentemente políticos divulgados em redes sociais, como, por exemplo, plataformas como o Instagram ou o Facebook ou alguma coisa que o valha –, ou existe ainda alguma espécie de mecanismo que influencia a disseminação desses conteúdos?

Eu queria daí aproveitar, antes só das suas respostas, para pedir aos colegas, porque temos a CSP também, que está atrasada – vou ter que ir lá para presidir – para, se puderem, comparecerem para que a gente possa deliberar os conteúdos lá, muitos até que têm pertinência também com esta sessão.

Então, são essas indagações.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES (Para depor.) – Obrigada, Senadores.

Acho que tem alguns pontos a que eu gostaria de fazer aqui considerações, né?

Então, em primeiro lugar, agradeço a colocação do Senador Alessandro com relação a esse ambiente de boa-fé, presunção de boa-fé de todos nós. Acho que... Agradeço imensamente e reitero aqui o meu compromisso de ter vindo aqui compartilhar com os



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhores o que nós, na área de questões econômicas da Meta, temos conhecimento e temos capacidade de compartilhar com os senhores. Não considero um erro de cálculo do nosso lado. A minha vinda aqui foi realmente no sentido de poder oferecer aos senhores parte, e sempre que possível a totalidade, do racional, das motivações, das ferramentas que nós temos empreendido, da técnica que nós temos usado e das formas que nós temos lançado mão para fazer, para garantir a segurança dos nossos usuários e dos nossos anunciantes nas plataformas digitais, absolutamente com esse espírito, com esse desejo, com essa motivação.

Com relação a casos específicos que o senhor menciona, Senador Moro, com relação a uso e impulsionamento de conteúdos políticos dentro da nossa plataforma, de questões algorítmicas etc., mais uma vez, infelizmente, foge do meu escopo de atuação, que é de áreas econômicas, mas também me coloco à disposição de V. Exa. para facilitar essa resposta dentro da nossa empresa. Está bom?

Não sei se teria algum...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A pergunta sobre a utilização de mecanismos de criptografia por criminosos.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Ah, perdão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quais são as políticas ativas da Meta para prevenir essa utilização?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Sim, excelente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Por exemplo, antigamente a polícia usava muito a interceptação telefônica. Hoje, a interceptação desses serviços de mensagem, pela criptografia ponta a ponta, se tornou inviável. A Meta tem alguma preocupação com essa utilização e tem alguma política destinada a prevenir o mau uso desses instrumentos?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Perfeito.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se os Senadores me permitirem, eu posso chamar o colega que responde pela cooperação com autoridades policiais para explicar como que esse trabalho é feito? *(Pausa.)* Posso?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pode abrir.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Por favor, Rick. Rick Cavalieros é o nosso chefe de cooperação com autoridades policiais. Pode explicar.

Obrigada, Rick.

Se você puder só explicar como que a gente faz a colaboração com o WhatsApp e as ferramentas de que nós dispomos, por favor...

O SR. RICHARD CAVALIEROS (Para expor.) – Bom dia, Senador Moro. Bom dia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICHARD CAVALIEROS – Perfeito. Está ligado. Perfeito.

Com respeito especificamente à colaboração com as autoridades de investigação e no que diz respeito a contas do WhatsApp, a empresa, desde 2019, tem um programa bastante robusto – acho que até foi lançado na época em que o Senador Moro era Ministro da Justiça –, e esse programa facilita a possibilidade de que as autoridades, através de uma ordem judicial, possam solicitar o que se chama pares de mensagens. E, neste momento, uma vez que é avaliada a ordem judicial e ela é colocada para funcionar por 15 dias, como diz a lei de interceptação no Brasil, as autoridades vão receber o que se chama pares: quem envia a mensagem e quem recebe a mensagem. E, dentro dessa paridade, aparece um universo de dados ou metadados que são de bastante utilidade para as autoridades, têm ajudado muito, principalmente no combate ao crime organizado, combate à droga etc. E, através disso, embora as autoridades não consigam visualizar, obviamente, pela encriptação, o conteúdo, eles sabem exatamente quem está enviando e quem está recebendo as mensagens. E eles recebem esse relatório todos os dias.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso tem sido uma grande ferramenta que a empresa disponibiliza para as autoridades de investigação.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Só aproveitando, como é o nome do senhor?

O SR. RICHARD CAVALIEROS (Para expor.) – Richard Cavalieros.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Richard.

O SR. RICHARD CAVALIEROS – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Richard, já que a equipe da Meta está aqui, tem alguém também – não sei se o senhor, Richard – que poderia explicar sobre esses eventuais contratos com o TSE, com o Supremo Tribunal Federal, com agências que moderam, que fazem checagem de fatos? Porque isso é algo que a gente precisa esclarecer aqui no Brasil. Queria fazer esse questionamento, já que a equipe está aqui.

Tem alguém como o Sr. Richard, que pôde vir falar sobre cooperação policial? Tem alguém que possa falar sobre esse contrato ou não?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu só quero fazer aqui uma referência, porque eu vou ter que sair, só para cumprimentar o Sr. Richard, de que já conheço de longa data o trabalho que teve na área de cooperação com o Brasil e os Estados Unidos.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES *(Fora do microfone.)* – Obrigada.

O SR. RICHARD CAVALIEROS *(Fora do microfone.)* – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Não tem, não, Doutora?

O SR. RICHARD CAVALIEROS *(Fora do microfone.)* – Não.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está bem.

Dra. Yana, há alguma outra exposição que a senhora queira fazer? Há algum...?

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES (*Fora do microfone.*) – Considerações finais? Posso?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pode, por favor.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES – Obrigada, Senador. (*Fora do microfone.*) Muito obrigada, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O Sr. Richard está liberado, Sr. Richard.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. RICHARD CAVALIEROS (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES (Para depor.) – Muito obrigada, Senador, Senadores, na verdade, por esse encontro aqui bastante respeitoso e produtivo, creio eu. Quero apenas encerrar esse tempo aqui dizendo da nossa total boa-fé e comprometimento em ter vindo aqui reiterar nosso interesse de manter nossas plataformas longe de atores maliciosos, de conteúdos fraudulentos; dizer que isso não está alinhado aos nossos interesses comerciais, tê-los e abrigá-los nas nossas plataformas. Por isso que nós adotamos medidas robustas, proativas e em tempo real para detectar e bloquear campanhas fraudulentas, com resultados comprovados e reconhecidos por autoridades de segurança pública e pelo Judiciário, com decisões julgando improcedentes os pedidos de condenação por suposta omissão.

E quero aqui terminar dizendo que, apesar de entendermos e continuarmos bastante comprometidos com a causa, temos um plano de ações muito ambicioso para 2026; vamos ver resultados ainda mais robustos neste ano, estamos todos bastante confiantes. Mas eu quero apenas aqui reiterar que, quando a gente fala desses conteúdos fraudulentos dentro da nossa plataforma, a análise que nós fazemos é que esses conteúdos são da ordem de casas decimais



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou centesimais comparados ao universo de conteúdos que nós abrigamos em nossas plataformas. Isso, em nenhuma forma, quer dizer que nós já vencemos a batalha, mas isso é um indicador importante de que os nossos esforços – sejam no nível do produto, sejam no nível de desbaratar organizações criminosas em cooperação com a sociedade, com instituições e com autoridades públicas, sejam capacitando os nossos usuários –, isso é uma indicação muito forte de que os nossos resultados têm surtido efeito.

Quero apenas dizer aos senhores que seguimos comprometidos, seguimos atuantes e seguimos vigilantes, e queremos nos colocar novamente à disposição desta Comissão para receber eventuais questionamentos que não puderam ser integralmente respondidos aqui, para nós podermos facilitar essa resposta com os nossos especialistas. Entendo que... Novamente, quero reiterar aqui a boa-fé e o compromisso da Meta em atender a essa convocação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Agradeço à Dra. Yana Sobral Alves a sua participação, compreendendo que, dentro da compartimentação que caracteriza as atividades da empresa, a senhora não tinha condições de responder a determinados questionamentos que deverão ser respondidos pela pessoa que tenha a competência devida.

E, antes de encerrarmos, comunico que amanhã, dia 25, ocorrerá a 10ª Reunião desta CPI, destinada à deliberação de requerimentos e também à oitiva do Sr. Thiego Raimundo dos Santos Silva, também conhecido como TH Joias.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6715816591>



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

